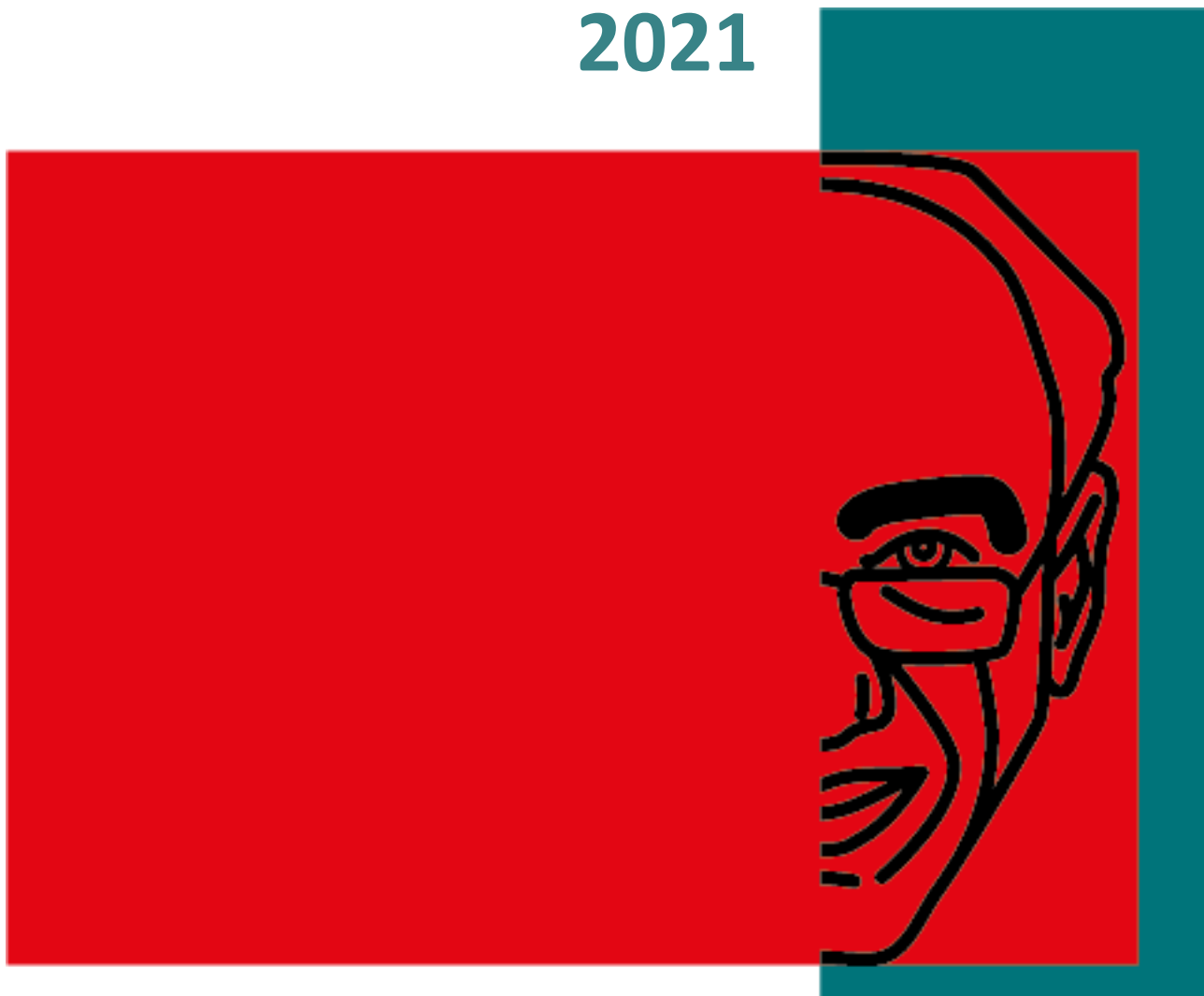


Relatório Anual 2021



ibase

INSTITUTO BRASILEIRO
DE ANÁLISES SOCIAIS
E ECONÔMICAS

Maio, 2022



Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

Avenida Presidente Vargas, 446/13º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: 55 21 3082-3555 E-mail: secretariageral@ibase.br

Acesse o nosso Portal em www.ibase.br

Conselho de Governança

Wânia Sant'Anna – Presidenta

Rosana Heringer – Vice-presidenta

Veriano Terto Júnior – 1º Secretário

Nathalie Beghin – 2ª Secretária

Rafael dos Santos – 3º Secretário

Conselho Fiscal

Carlos Afonso

Débora Santana de Oliveira

Isabel Tostes

Athayde Motta

Diretor Executivo

Rita Brandão

Diretora Adjunta



Assessoria da Direção

Sandra Plaisant Jouan

Secretaria Geral

Iris Patricia Caridade

Comunicação

Clara Araújo

Iracema Dantas

Administração e Finanças

Antônia Rodrigues

Marcelo Braconnot

Raimundo Dumas

Rodrigo Soares

Equipes de Projetos

Bianca Arruda

Luiz Henrique Souza Pereira

Manuela Amaral

Robson de Aguiar

**Associados(as) Fundadores(as)**

Carlos Afonso

Cosme Alves Ferreira Netto

Francisco Mario Figueiredo de Souza

Herbet José de Souza

Luiz Gonzaga de Sousa Lima

Marcos Penna Sattamini de Arruda

Maria Nakano

Nívea Maria Pereira Souza

Rubem César Fernandes

Associados(as) Efetivos(as)

Adhemar Mineiro

Agostinho Guerreiro

Alan Brum Pinheiro

Ana Lagôa

Benilda Brito

Cândido Grzybowski

Carlos Afonso

Claudius Ceccon

Cleonice Dias de Almeida

Débora Santana de Oliveira

Dulce Pandolfi

Enéias da Rosa

Eugênia Motta

Fátima Mello

Fransérgio Goulart de Oliveira
Silva

Graciela Rodriguez

Gustavo Barreto

Henrique Silveira

Iara Amora dos Santos

Isabel Tostes

Ivo Lesbaupin

Janaína Oliveira

João Guerra de Castro Monteiro

Joba Alves

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Jorge Osvaldo Romano

Lúcia Xavier

Luciene Lacerda

Luzmere Maria Demoner

Manoel Lapa e Silva

Marcos Otávio Bezerra

Maria Betânia Ávila

Maria de Fátima Moreira de
Souza

Maria Edileuza Matias Soares

Mario Chizuo Osawa

Mário Theodoro

Melisandra Trentin

Mônica Alkimim

Nádia Rebouças

Nathalie Beghin

Nelson Giordano Delgado

Paulo Lugon Arantes

Rafael dos Santos

Rafael dos Santos Silva

Rafael Soares de Oliveira

Regina Célia Domingues

Regina Novaes

Roberto Borges

Rosana Heringer

Sebastião Carlos dos Santos



Sebastião José Martins Soares

Sérgio Ferreira

Sergio Pereira Leite

Simone Santos Silva Oliveira

Sônia Carvalho

Veriano Tertó Júnior

Wânia Sant'Anna

Associados(as) Beneméritos(as)

Agop Kayayan

Alberto Ercílio Broch

André Spitz

Ari Roitman

Aristides Junqueira Alvarenga

Beatriz Bissio

Carla Rodrigues

Carlos Frederico Loureiro

Carlos Henrique Rodrigues Alves
(Painel)

Carlos Plastino

Celso Japiassu

Celso Simões Bredariol

Danilo Ferreira de Souza

Dom Mauro Morelli

Eduardo Tavares Homem

Emerson Kapaz

Emir Sader

Ervino Schmidt

Francisco de Assis Pinheiro

Francisco Whitaker Ferreira

Giampiero Rasimelli

Henri Acselrad

Isabel Cristina de Moura Carvalho

Ivan Daibert

Jacira Melo

Jaime Patalano

Jane Galvão

Jane Souto de Oliveira

Joel Zito Araújo

José Márcio Camargo

José Roberto Novaes

José Sergio Leite Lopes

Jurandir Freire Costa

Leilah Landim

Lia Blower

Lúcia Ribeiro de Oliveira

Luiz Carlos Prado

Luiz Mário Behnken

Lygia Baptista Pereira Segala

Pauletto

Maitê Proença

Marcello Lavenére Machado

Maria Conceição D'Incao

Maria Emília Lisboa Pacheco

Miguel Serpa Pereira

Moacir Palmeira

Muniz Sodré

Neuri Rossetto

Nivia Maria P. de Souza

Paulo Betti



Paulo Márcio de Mello

Pedro Celestino da Silva Pereira
Filho

Pedro Jorge Bezerra Ferreira Lima

Pedro Luiz Dalcerro

Ricardo Rezende

Rosilene Alvim

Rousseau Leão Castello Filho

Rubem César Fernandes

Sérgio Pizzo

Silvia Camurça

Silvio Schneider (Pr.)

Sueli Caldas

Tadao Takahashi

Tainá da Silva Gamelheiro Soares

Taís Ladeira

Tobias Tomines Faria

Vanilda Paiva

Wanda Engel

Zilda Junqueira

Sumário

I. O Ibase

II. Desenho programático

III. O Ibase em 2021

IV. Atividades realizadas em 2021

Projeto Juventudes nas cidades – Ano III

Projeto Empoderamento legal: direito ao acesso à justiça para a promoção social

Projeto Pesquisa aplicada e advocacy para garantir medidas de redistribuição de impostos e royalties de mineração

Projeto Núcleos de Integração Comunitária

Projeto Grupo de Reflexão Estratégica/Associação Brasileira de ONGs GRE/Abong

Estratégia digital

Projeto Mudanças tecnológicas e novos temas no comércio internacional

Utilizando pagamentos mandatórios das indústrias extrativas para governos na promoção da participação, da transparência e da prestação de contas

Análise estatística de dados para a construção de plataforma aberta e gratuita sobre a questão racial no Brasil

Apoio ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

V. Atividades institucionais estruturantes

VI. Métricas

VII. Campanhas

VIII. Textos e mídias externas

IX. Quadro de riscos 2021

Anexo 1: Novo design nas mídias sociais

Anexo 2: Incidência do Ibase em 2021



I. O Ibase

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é uma organização sem fins lucrativos fundada, em 1981, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em conjunto com Marcos Arruda e Carlos Afonso, parceiros de exílio, com os objetivos de fortalecer a sociedade civil e lutar pela consolidação da democracia no Brasil.

O campo prioritário de atuação do Ibase é a sociedade civil. Sua ação de incidência político-cultural visa ao fortalecimento dos sujeitos coletivos democráticos, suas redes e seus fóruns por meio da produção de argumentos qualificadores da luta política e do assessoramento na efetivação, na defesa e na ampliação de direitos e de espaços democráticos de participação cidadã. A manutenção da autonomia institucional é condição indispensável para que o Ibase permaneça sendo um ator civil voltado para o interesse público.

Diante do contexto e dos desafios imediatos e de longo prazo, o Ibase atualiza suas opções estratégicas como organização de cidadania ativa, antirracista, que defende a integralidade dos direitos humanos. Trata-se de um engajamento pela ampliação da democracia como estratégia e método de ação que articula as lutas cidadãs pela superação de todas as formas de desigualdades.

Visão e motivação

- Guiar-se por princípios e valores éticos da democracia, do antirracismo e contra todas as formas de discriminação e opressão.
- Engajar-se pela igualdade, pela ampliação de direitos e pela emancipação social de todas e de todos.
- Promover a justiça socioambiental, o cuidado com os bens comuns e a sustentabilidade da vida e do planeta.

Objetivos estratégicos

- Apoiar a cidadania ativa em suas ações de incidência político-cultural, com vistas ao fortalecimento do tecido associativo, da diversidade de sujeitos coletivos, consolidando ações antirracistas e pela igualdade de gênero, a luta LGBTQIA+, os movimentos de favelas e periferias e a participação cidadã.
- Afirmar a cultura da democracia e dos direitos de cidadania, entendidos como os direitos humanos em sua integralidade e indivisibilidade, por meio da superação das desigualdades.



- Fortalecer o debate público em defesa dos direitos humanos e da democracia com o apoio às ações da diversidade dos sujeitos coletivos.



II. Desenho programático

Para o Ibase, a luta pela democracia envolve resistência e proposição. Uma ação efetiva para a defesa da democracia e a ampliação dos direitos de cidadania implica estarmos conectados aos movimentos, às organizações e aos conflitos nos locais de vida e trabalho onde o Ibase faz a opção estratégica de desenvolver seus projetos e de fortalecer a cidadania ativa por meio da produção qualificada e participativa de dados, indicadores e pesquisas. Implica também realizar ações de comunicação estratégicas que possam incidir e influenciar o debate público.

O Ibase sempre fez parcerias com um amplo leque de organizações da sociedade civil. Desde organizações de base em pequenas cidades a grandes redes e movimentos nacionais e internacionais. Os diálogos variam de grupos de moradores de favelas, comunidades e assentamentos rurais, coletivos de juventudes, organizações feministas, organizações de mulheres, de mulheres negras e do movimento negro até movimentos internacionais de direitos humanos, de cidadania planetária, além de participar organicamente em comitês, redes e articulações diversas também em diferentes escalas.

Para uma organização de cidadania ativa que luta pela mais substantiva democracia na construção não somente de outro país, mas de novos paradigmas civilizatórios, estas são escolhas estratégicas de engajamento institucional que se organizam a partir de quatro eixos componentes: 1) produção de conhecimento para o fortalecimento e a qualificação de lutas políticas; 2) organização territorial e fortalecimento do tecido associativo local; 3) produção de diálogos estratégicos e debates públicos; 4) participação qualificada em redes, fóruns, coletivos, coalisões e articulações. Nossas ações estratégicas estão referenciadas nesses quatro eixos componentes. Cada um deles ou combinações entre eles constituem a referência necessária em qualquer projeto ou ação desenvolvida.

1. Produção de conhecimento, fortalecimento e qualificação de lutas políticas

Produção de conhecimento e realização de estudos e pesquisas, incluindo o uso de metodologias criadas pelo próprio Ibase (Indicadores de Cidadania – Incid etc.), a partir dos territórios e em diálogo com a cidadania ativa local. Visa à produção de pesquisas e estudos da instituição acerca das temáticas da democracia, dos direitos humanos, das desigualdades em cidades e territórios, tornando-se fonte de informação, de formação e qualificação para a ação política nos territórios em que o Ibase atua, para as organizações da sociedade civil (OSCs), universidades, governos e outros. Visa também a aliar a ação nos territórios no âmbito local com as diferentes iniciativas conduzidas pelo Ibase e os movimentos com os quais a instituição dialoga em diferentes escalas.

2. Organização territorial e fortalecimento do tecido associativo local

Reforça a estratégia de presença do Ibase nos territórios com o fortalecimento do tecido associativo local e o estímulo aos processos de articulação e organização comunitária, incluindo o uso de metodologias próprias criadas pelo Ibase (Desenvolvimento Local etc.), visando à constituição e ao fortalecimento de fóruns, redes e coletivos e estimulando processos que promovam a luta política e a participação social em diferentes âmbitos.

3. Diálogos estratégicos e debate público

Trata da contribuição institucional ao debate no espaço público, por meio da disputa de estratégias e ideias, em mensagens e ações de comunicação e incidência com a promoção de conhecimentos e argumentos produzidos pelo Ibase, pelos territórios, por organizações da sociedade civil e por redes e fóruns, utilizando diferentes ferramentas – análise de conjuntura, debates públicos, redes sociais, notas, artigos, cartas, campanhas, entre outras, favorecendo a incidência pública.

Historicamente, a comunicação tem sido um campo de atuação estratégico e um instrumento de mobilização poderoso para o Ibase, conferindo à instituição um grande poder de convocação (na sociedade civil) e de influência (na agenda pública). Para o Ibase, é fundamental que a promoção de debates estratégicos e a inserção no debate público reflitam ações institucionais ou feitas em parceria com outras organizações do campo democrático.

4. Participação qualificada em redes, fóruns, coletivos, coalisões e articulações

Visa à participação do Ibase no campo das organizações de cidadania ativa e de movimentos da sociedade civil e suas articulações políticas, por meio da contribuição qualificada organizada em torno de agendas estratégicas ou prioritárias para o Ibase, nos âmbitos nacional e internacional.



III. O Ibase em 2021

No ano de 2021, realizamos diversos trabalhos de pesquisa, organização comunitária, articulação em redes nacionais e internacionais e ações de incidência que articularam a defesa dos direitos humanos contra os ataques promovidos pelo governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, muitas vezes, com o apoio dos setores conservadores que hoje dominam o Congresso Nacional. Também implementamos ações que responderam às urgências criadas pela pandemia do novo coronavírus, tanto no que concerne à doação de alimentos como a defesa de direitos das populações mais pobres, por meio de uma campanha de mobilização nas comunidades onde o Ibase tem atuado nos últimos anos.

Apesar das severas limitações em termos de reuniões presenciais e viagens, o Ibase foi capaz de manter sua presença internacional por meio das redes em que atua na América Latina e em nível global. Mediante parcerias com redes distintas, o Ibase produziu e publicou relatórios de pesquisa em inglês e espanhol em temas tão variados quanto direitos humanos, indústrias extrativas e transição energética.

Com relação aos projetos, estruturamos o planejamento de pesquisas importantes nos territórios do Projeto Cidadania ativa e acesso à justiça (CAAJ) que utiliza a metodologia Incid – Indicadores de Cidadania. Trata-se da efetivação da pesquisa relativa à terceira dimensão de análise (cidadania percebida), que levanta dados da percepção da população residente acerca de seus direitos efetivados ou violados. Construímos o desenho da amostra para a pesquisa de fluxo que entrevistará 2.715 moradores de Jardim Gramacho e 2.966 moradores do Complexo do Borel (Borel, Casa Branca, Indiana e Chácara do Céu). Realizamos o pré-teste, a seleção e o treinamento de 35 pesquisadores locais.

Ainda neste projeto, realizamos o curso de formação “Direito à vida segura das mulheres”, em parceria com o Projeto de pesquisa Empoderamento de mulheres e justiça, da University of York (Reino Unido), que tratou das principais violações de direitos relativos a uma vida com segurança para mulheres: as múltiplas formas de violências sofridas não somente no âmbito doméstico, mas também das violências institucionais (como a violência obstétrica), Lei Maria da Penha, informação sobre as portas de acesso para a política de atendimento às mulheres e as ferramentas de acesso à justiça para garantia da vida segura. Dada a relevância do tema, apostamos em não trabalhar somente com as mulheres dos dois territórios do projeto e abrir o curso para ampla participação, o que se mostrou uma decisão acertada, pois o curso contou com a participação de 76 mulheres de todas as regiões do país e de diferentes faixas etárias. Foram 50 inscritas dos territórios Jardim Gramacho e Borel. O curso ocorreu através de encontros virtuais durante cinco semanas consecutivas e contou com dez especialistas em cada um dos temas específicos abordados.



Produzimos 16 indicadores de cidadania que abordam este tema e duas cartilhas (“Como garantir a proteção de meninas e mulheres?” e “Como garantir a saúde reprodutiva e sexual de meninas e mulheres?”), que foram distribuídas fisicamente e transformadas em dois *e-books* para *download*.

Ao longo de 2021, retomamos a participação mais efetiva nas ações da sociedade civil que visam à garantia do direito à cidade. Participamos do Fórum Popular do Plano Diretor do Rio de Janeiro; realizamos duas *lives* – “Moradia para quem?”, em parceria com o Instituto Polis, com o objetivo de trazer à tona a exclusão da representação de moradores(as) de ocupações e cortiços existentes no Centro do Rio; “As intervenções urbanas em favelas”, em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ) e Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (Seaerj), cujo objetivo foi analisar a efetividade das políticas mais recentes de urbanização de favelas. Seguimos colaborando ativamente para a construção da Conferência Popular pelo Direito à Cidade, a ser realizada no primeiro semestre de 2022, e para qual o Ibase deverá contribuir organizando um dos encontro preparatórios previstos com o tema “Os impactos da descontinuidade das intervenções urbanas nas favelas sob a ótica da cidadania ativa local”, com a participação de representantes de territórios de favelas que tiveram intervenções urbanas descontinuadas.

A participação do Ibase em várias redes e vários fóruns foi revista e otimizada. Isso possibilitou a realização de parcerias nos projetos sobre indústrias extrativas (com o Publish What You Pay Reino Unido) e no Projeto CAAJ na América Latina (com o Internacional Development Research Centre – IDRC).

Com relação à temática das indústrias extrativas no Brasil, produzimos e lançamos estudos importantes: 1) “Atividades extrativas no Brasil e mudanças climáticas”, que aponta quais contribuições diretas e indiretas do setor extrativo no país, impactos negativos dessa atividade, adaptações às mudanças climáticas, transparência e incidência da sociedade civil, além de levantar e sugerir alternativas de adequação do setor, em parceria com a Rede Latino-Americana de Indústrias Extrativas (RLIE) e o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social (FMCJS); 2) “Terras-raras e nióbio no Brasil: minerais críticos e elementos essenciais para a transição energética”, em parceria com a RLIE; 3) “Em busca da transparência: desvendando o setor extrativo brasileiro – um estudo de caso de pesquisa-ação sobre a mina de minério de ferro Minas-Rio”, que estuda os impactos negativos do Projeto Minas-Rio, da mineradora britânica Anglo American, nas comunidades de Conceição do Mato Dentro (MG), para demonstrar a falta de transparência dos fluxos financeiros dos *royalties* da mineração no Brasil, em parceria com o Publique o que Você Paga do Reino Unido e o secretariado internacional da coalizão Publique o que Você Paga.

A publicação “Impactos ecossociais do empreendimento extrativista Minas-Rio da Anglo American” foi feita como publicação anexa ao estudo sobre o Projeto Minas-Rio e ressalta que o



“empreendimento é um entre tantos outros que hoje agredem a integridade da Serra do Espinhaço, território montanhoso e declarado como Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura por sua unicidade em termos de corredor natural de biodiversidade”.

Sobre este tema, realizamos ainda duas *lives*. A primeira foi “Os impactos das indústrias extrativas no clima do planeta”, na qual foram levantadas questões sobre as implicações das atividades extrativas no contexto das mudanças climáticas, sobre os impactos diretos e indiretos dessas atividades e sobre as adaptações e alternativas necessárias. A segunda foi “Transição energética: justa e sustentável para a América Latina?”, em parceria com a RLIE, durante a qual foram debatidos resultados do estudo do Ibase sobre terras-raras e abordadas questões relacionadas à transformação energética regional no atual cenário de crise estrutural, aprofundada pela emergência sanitária e pelos efeitos desiguais do aquecimento global e as possíveis implicações na economia dos países, em particular, nos setores de energia e mineração.

Sobre os diálogos estratégicos, consolidamos a parceria com a Associação Brasileira de ONGs (Abong), o que levou à junção do Grupo de Reflexão Estratégica (GRE) do Ibase e do grupo de referência da Abong em um único grupo de referência do Projeto Novos paradigmas. Para essa iniciativa conjunta, contribuimos com dois produtos: a) um mapeamento sobre as principais redes que debatem o tema dos novos paradigmas no mundo e as principais questões e os principais desafios que esse tema impõe para as OSCs brasileiras; b) uma plataforma eletrônica para promover debates e troca de ideias entre os membros do grupo de referência e outros atores interessados no tema. Um desafio particular para o Ibase nessa atividade é a inclusão de atores que não têm tido participação expressiva até aqui, notadamente organizações de base e de pequeno porte lideradas por mulheres, juventudes, populações negras periféricas e populações rurais e/ou tradicionais.

Dentre as diversas ações de comunicação e debate público constantes neste relatório, destacamos a iniciativa do uso de estratégias digitais, instrumento que está sendo utilizado pelo Ibase para renovar, ampliar e fortalecer sua presença digital. Por meio das estratégias digitais, o Ibase está conseguindo direcionar melhor suas postagens nas várias redes sociais, atrair mais tráfego para seu *site* institucional e dimensionar com mais clareza o alcance de sua influência e popularidade digitais.

Em relação à administração, o Ibase foi capaz de se adaptar às mudanças conjunturais sem alterar significativamente sua estrutura administrativa. Em particular, respondemos de maneira efetiva às limitações impostas pela pandemia replanejando e adaptando as ações dos projetos. Além de não haver atraso ou eliminação significativa de atividades, conseguimos evitar demissões na equipe, o que seria um problema para a vida dos(as) funcionários(as). Também incorporamos, em alguma medida, as novas demandas criadas pela pandemia entre os grupos-alvos e territórios em que



atuamos. Dessa forma, consideramos que o Ibase está contribuindo de maneira efetiva para manter a sociedade civil engajada na defesa dos direitos humanos por meio de suas várias atividades. Em 2021, por conta da pandemia, o Ibase funcionou quase que integralmente em teletrabalho (*home office*). Neste período, todas as reuniões da equipe e 99% das atividades e dos encontros organizados pelo Ibase ou por parceiros, tanto no Brasil como no exterior, foram realizadas de maneira virtual.

Com o intuito de minimizar o impacto nas ações realizadas nos territórios, trabalhamos em proximidade com articuladores locais e estivemos atentos às dificuldades apresentadas pelos grupos comunitários, tais como o acesso à internet em atividades como formações e seminários, que antes eram realizadas de forma presencial. Nesses projetos, o Ibase colaborou financeiramente com a recarga de celulares pré-pagos dos grupos para que tivessem a possibilidade de manter suas participações *on-line*.

O fortalecimento dos espaços de socialização interna foi extremamente importante para manter a coesão institucional ao longo do período de teletrabalho. Finalmente, a mudança de sede atendeu à recomendação feita na avaliação institucional de otimizar recursos e compartilhar espaços com outros parceiros da sociedade civil, o que fizemos com o aluguel de salas da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), reduzindo os gastos administrativos na ordem de 30%.

Destacamos ainda que o Ibase finalizou o processo de transição iniciado em 2017, dessa vez com mudanças no Conselho Fiscal e no seu antigo Conselho Curador, que passou a se chamar Conselho de Governança, com um novo estatuto e uma nova composição. Cândido Grzybowski saiu da Presidência e, em seu lugar, entrou Wânia Sant'Anna, historiadora, feminista negra e especialista em diversidade. Para se adequar à nova legislação brasileira, o novo Conselho de Governança do Ibase tem oito componentes, em vez dos 15 do antigo Conselho Curador.

Os novos conselhos do Ibase estão assim representados:

Conselho de Governança	
Wânia Sant'Anna	presidenta
Rosana Heringer	vice-presidenta
Veriano Terto Júnior	1º secretário
Nathalie Beghin	2ª secretária
Rafael dos Santos	3º secretário



Conselho Fiscal
Carlos Afonso (fundador do Ibase)
Débora Santana de Oliveira
Isabel Tostes

Enfatizamos a capacidade política e administrativa do Ibase em manter-se funcionando e relevante durante o caos causado pela pandemia de Covid-19 na sociedade brasileira que atingiu várias OSCs e diversos movimentos sociais. Além da pandemia, a sociedade civil esteve sob fogo cerrado por parte da administração de Jair Bolsonaro, que prosseguiu no desmonte de políticas públicas progressistas e do aparelho do Estado e nas ações de criminalização das ONGs e dos movimentos sociais.

IV. Atividades Realizadas em 2021

1. Projeto Juventudes nas cidades – Ano III

PERÍODO: dezembro/2019 a junho/2021

FINANCIADOR: Oxfam Brasil.

OBJETIVO GERAL

Contribuir para a inclusão econômica de jovens negros(as) de periferias e favelas, salvaguardando seus direitos e expandindo suas capacidades de inserção profissional e econômica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Fortalecer a cidadania ativa dos sujeitos e coletivos participantes do Projeto Juventudes nas cidades – Ano III por meio de formação, estudo e apropriação do Estatuto da Juventude.
2. Fortalecer as capacidades de jovens de periferias e favelas do Rio de Janeiro por meio de formação acerca de seus direitos e deveres como um segmento da população em desenvolvimento.
3. Fortalecer as capacidades de jovens e coletivos de jovens para influenciar as políticas públicas locais.

AÇÕES REALIZADAS

1. Neste ano, para viabilizar a construção participativa das atividades, o grupo de jovens do projeto foi dividido em três grupos de trabalho (GTs) que tratam das suas temáticas principais: GT 1 – Comunicação e organização de atividades; GT 2 – Incidência política; GT 3 – Planos de futuro e inclusão econômica.

2. A primeira atividade do ano de 2021 foi o “1º Ciclo de Debates Juventudes nas cidades: caminhos e lutas para a construção e defesa dos direitos”, realizado no dia 28 de janeiro. Teve como proposta identificar quais os repertórios e as referências que inspiram as juventudes negras de favela e periferia e de que modo influenciam sua formação.

Nessa etapa, foi discutida a importância de jovens de favelas e periferias terem referências que valorizem seus territórios de origem e pertencimento, bem como os coletivos de que fazem parte. Para tratar das questões, o Rio de Janeiro enviou vídeos inspiracionais das seguintes pessoas “referência”: Mônica Francisco, Mônica Sacramento, Nathalia Rodrigues e Raull Santiago.

3. Em seguida, foi realizada, no dia 13 de março, das 14h às 17h, a oficina “Organize sua grana para investir no seu futuro: gestão do tempo e financeira para as juventudes”. O objetivo da oficina foi



auxiliar jovens autônomos(as) e que fazem trabalhos temporários a se planejarem financeiramente e aprenderem como gerir não apenas seus projetos, mas também o tempo disponível para projetos, atividades domésticas, estudo e lazer, especialmente em um cenário de desemprego e precarização das relações de trabalho.

4. Em junho, foi organizada, pelos(as) jovens, atividade autogestionada. Cada GT ficou responsável por organizar atividades específicas: o GT 1 – Comunicação e organização de atividades– realizou uma oficina que abordou as condições do mundo do trabalho para jovens de favelas e periferias no período de pandemia com base em experiências de uma jovem negra, estudante e empreendedora e de uma mulher trans, moradora da favela da Maré. O objetivo foi evidenciar o processo de precarização das relações/condições de trabalho em um período de crise sanitária e econômica que aumenta o desemprego e expõe um contingente populacional gigantesco à insegurança alimentar. Nesse contexto, os(as) jovens buscam formas de se reinventar e construir alternativas para garantir o sustento próprio e de sua família.

Na sequência, a atividade do GT 2 – Incidência Política – articulou as realidades vivenciadas com os direitos garantidos e/ou violados escritos no Estatuto da Juventude, auxiliando os questionamentos e as reflexões com os movimentos de (re)existência das juventudes que estão nas favelas e periferias. Evidenciou a importância da participação nos conselhos de juventudes e em coletivos/movimentos sociais em uma perspectiva de que é na ação coletiva, materializando a cidadania ativa, que se encontra a possibilidade de garantir os direitos para uma vida digna e de qualidade.

O GT 3 – Planos de futuro e inclusão econômica – realizou uma atividade que abordou os impactos da pandemia sobre a saúde mental das juventudes. A ideia foi apresentar como as consequências de uma série de violações de direitos em meio a uma pandemia mundial podem adoecer psicossocialmente, resultando em abuso de substâncias químicas e falta de cuidado com o corpo. A atividade foi acompanhada de exercício de meditação.

5. Após a atividade autogestionada, o GT 2 organizou mais dois encontros: “O Estatuto da Juventude na realidade cotidiana das juventudes”, no dia 26 de junho, e a oficina “Habilidades socioemocionais e seus impactos nas relações pessoais e profissionais”, no dia 30 de junho. A primeira teve como proposta fortalecer a capacidade de jovens e dos coletivos de identificar violações dos direitos garantidos no Estatuto da Juventude, a partir da realidade vivenciada e da construção de conhecimento crítico capaz de impulsionar ações que possam influenciar políticas públicas garantidoras de direitos para as juventudes. A segunda atividade teve como objetivo criar uma ponte de escuta ativa sob a perspectiva individual e coletiva dos(as) jovens que participam do projeto, abrir portas para a autopercepção quanto às crenças que limitam o desenvolvimento pessoal de cada

indivíduo, estimular a curiosidade, a autonomia de pensamento, a criatividade e a responsabilidade pessoal e coletiva nos espaços pessoais e profissionais.

6. Neste último ano, foi realizada a avaliação externa final do Projeto Juventude nas cidades – Ano III, na cidade do Rio de Janeiro, ministrada pela consultora Mônica Sacramento, que possui *expertise* em processos de avaliação de programas, projetos e planos organizacionais. A contratação teve como foco a avaliação do projeto, considerando especialmente: I. metodologia de trabalho com os(as) jovens; II. alcance dos objetivos; III. resultados gerados a partir das ações implementadas. A avaliação foi feita no período de 9 de junho a 7 de julho de 2021.

RESULTADOS

1. As divisões por GTs, nos quais as(os) jovens passaram a se responsabilizar em parceria com a equipe técnica e, por vezes, com autonomia, foi uma medida que obteve sucesso na execução do projeto no Rio de Janeiro e foi igualmente fundamental durante as atividades realizadas nas plataformas *on-line* (pessoas cuidando da liberação para a entrada na sala, animando *chat*, sendo o anfitrião da reunião encarregado de gravar e salvar o *chat* e finalizar o encontro). Essas ações parecem coisas bobas, somente operativas, mas fizeram toda a diferença.

2. Durante o processo de realização do projeto, os aprendizados mais marcantes para as organizações parceiras foram o reforço do campo e a visibilidade alcançada pelo trabalho com juventudes e pelos temas principais discutidos nas atividades, em especial, as questões do mundo de trabalho na atualidade, as questões de gênero e raça, as questões sobre a efetividade dos direitos das juventudes e o despertar para a análise acerca do compromisso de candidatas, candidatos e candidatas a parlamentares com essas pautas. Apesar de serem temáticas que perpassam o cotidiano do trabalho e as concepções das organizações, a experiência de discussão desses temas com as juventudes demonstrou como eles são centrais e, de fato, moldam a vivência cotidiana nos espaços de favelas e periferias das cidades. O aprendizado tornou as organizações mais sensíveis e atentas para incorporar esses temas e público no seu escopo de atuação e, também, para o desenvolvimento de ações internas. Ressaltamos ainda que, para grande maioria das(os) jovens, o apoio oferecido pelo projeto por meio do auxílio-alimentação e do crédito nos celulares, recebido ao longo desses meses, foi essencial para a participação dos(as) jovens.

PÚBLICO

- Tipo de público: grupo misto, composto por jovens atuantes em coletivos juvenis, jovens que têm no projeto sua primeira experiência de participação e moradores(as) de favelas e periferias do Rio de Janeiro.

- Número total de participantes/beneficiários diretos: 40.

- Número total de entidades beneficiadas: 26.

Coletivos	Bairros e/ou Cidades	Territórios
1. Casa Dona Amélia	Cidade de Deus	Zona Oeste
2. Centro Social Futuro Feliz	Acari	Zona Norte
3. Coletiva Magia Negra	Acari	Zona Norte
4. Coletivo (R)Existe	Campo Grande	Zona Oeste
5. Coletivo Brota na Lage – Favela Do Borel	Tijuca	Zona Norte
6. Coletivo Casa	Seropédica	Zona Oeste
7. Coletivo Corpo no Mundo	Rio Comprido	Centro
8. Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Dona Ivone Lara – Favela Tabajaras	Copacabana	Zona Sul
9. Coletivo Dijô	Duque de Caxias	Baixada Fluminense
10. Coletivo Piracema	Santa Cruz	Zona Oeste
11. Entre o Céu e a Favela – Morro da Providência	Gamboa	Centro
12. Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção (Educap)	Complexo do Alemão	Zona Norte
13. Fórum Comunitário de Jardim Gramacho	Duque de Caxias	Baixada Fluminense
14. Fórum de Juventudes/ Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial		Baixada Fluminense
15. Fórum Social de Manguinhos	Complexo de Manguinhos	Zona Norte
16. Grupo Eco – Favela Santa Marta	Botafogo	Zona Sul
17. Instituto de Formação Humana e Educação Popular (Ifhep)	Campo Grande	Zona Oeste

18. Jovens Empreendedores Culturais	Santa Cruz	Zona Oeste
19. Juventude Agroecológica	Campo Grande	Zona Oeste
20. Juventude de Terreiro	São Gonçalo	Região Metropolitana
21. Levante Popular da Juventude	Nova Iguaçu	Baixada Fluminense
22. Movimento Território Diverso	Santa Cruz	Zona Oeste
23. Oca Curumim	Complexo do Alemão	Zona Norte
24. Rede de Juventudes do Complexo do Alemão	Complexo do Alemão	Zona Norte
25. Salvando	Bangu	Zona Oeste
26. Santa Cruz Universitário	Santa Cruz	Zona Oeste

- **Por gênero:** mulher cis: 20; mulher trans: 1; homem cis: 17; homem trans: 1; não binário: 1.

- **Por raça:** branca: 5; preta: 25; parda: 10.

- **Faixa etária:** 18-24 anos: 20; 25-29 anos: 20.

2. Projeto Empoderamento legal: direito ao acesso a justiça para a promoção social

PERÍODO: dezembro/2019 a maio/2022.

FINANCIADOR: International Development Research Centre (IDRC).

OBJETIVO GERAL

Impulsionar a participação cidadã, a incidência política e o empoderamento legal de militantes, ativistas e movimentos de territórios de favelas e periferias da Região Metropolitanado Rio de Janeiro (RMRJ).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Envolver representantes da sociedade civil dos territórios selecionados em um amplo processo de pesquisa-ação, produção de dados e indicadores sobre suas condições devida e sobre a



- efetivação ou as violações de seus direitos humanos (entendidos como direitos de cidadania).
2. Realizar, com base nos dados levantando e nos indicadores produzidos, um processo educativo/formativo de apropriação e consciência dos direitos/violações vividas, do direito à participação cidadã e do empoderamento legal que impulse e amplie o ativismo cidadão e a busca pela efetivação de direitos.
 3. Construir capacidades que qualifiquem e organizem a participação cidadã com o entendimento e a apropriação das ferramentas e dos mecanismos jurídicos impulsionadores do acesso à justiça e da defesa de direitos individuais e coletivos.
 4. Aproximar grandes OSCs de direitos humanos, redes de promoção e proteção dos direitos humanos brasileiras e internacionais e setores do judiciário brasileiro dos territórios pesquisados para a realização de trabalho em parceria de apoio e defesa de defensores e defensoras de direitos humanos, encaminhamento e promoção do acesso à justiça.

AÇÕES REALIZADAS

1. Realização da campanha de autocadastramento no Banco de Dados de Espaços e Ações Cidadãs (BDEAC) com a construção de indicadores da dimensão da cidadania ativa.

- Renovação da plataforma do Banco de Dados Incid com o intuito de conhecer melhor e integrar as organizações da cidadania ativa locais às ações do projeto. Retomada das atividades relacionadas ao autocadastramento de espaços e ações no BDEAC. Salientamos que, com a continuidade das medidas de isolamento social devido à pandemia de Covid-19, a equipe percebeu maior dificuldade em realizar a campanha para autocadastramento das instituições locais, bem como a recusa de outras em se cadastrar no BDEAC. Esperamos que, tão logo sejam permitidas as atividades em campo, as equipes possam estar mais próximas das pessoas, fazendo visitas aos espaços e aumentando, assim, o número de cadastros de espaços e ações.

2. Definição dos indicadores de cidadania que irão compor o sistema de indicadores dos territórios, discutindo o resultado da pesquisa e a apropriação dos dados pelas equipes de trabalho.

- Reuniões de planejamento da equipe técnica (coordenação geral, coordenação técnica, pesquisadores): no período abrangido por este relatório, houve a manutenção de reuniões sistemáticas e semanais da equipe técnica, tendo sido abordada e aprofundada a sistematização das pesquisas realizadas nos territórios, bem como a delimitação dos passos necessários à construção dos indicadores (principalmente, os de transparência do poder público e desenho da amostra relativa à pesquisa da dimensão da cidadania percebida nos territórios).

- Reuniões da equipe ampliada (coordenação geral, coordenação técnica, pesquisadores, supervisores e articuladores locais): os encontros de equipe ampliada ocorreram quinzenalmente,

conforme planejado, tendo por escopo a avaliação e o planejamento das ações, o debate ampliado sobre a construção de indicadores, dentre outros temas.

3. Organização e realização de rodas de diálogo e encontros ampliados nos territórios para discussão e apropriação da pesquisa e construção de uma agenda de incidência.

- Finalização do primeiro ciclo de formações do projeto, realizado *online* através da Plataforma Zoom. Contamos com a participação de toda a equipe ampliada do Projeto CAAJ, bem como convidados do território, chegando ao total de 61 pessoas participantes.

- Realização do segundo ciclo de formações do projeto com um curso que tratou da temática “Direito à vida segura das mulheres e acesso à justiça”, em parceria com o Projeto de Pesquisa Empoderamento de mulheres e justiça, da University of York, do Projeto CAAJ. O curso foi ministrado através da Plataforma Zoom e contou com a contribuição de dez especialistas para compartilhar seus conhecimentos técnicos e suas vivências profissionais e/ou de militância durante cinco semanas consecutivas. A formação abordou o tema “Direito à vida segura para mulheres e acesso à justiça” sob diversos aspectos. Foram promovidos debates sobre múltiplas violências, mecanismos de defesa, Lei Maria da Penha, violência sexual, entre outros. Ao todo, contamos com a participação de 76 pessoas de todas as regiões do país: 73 mulheres e 3 homens, sendo 66 pessoas negras e 10 pessoas brancas.

Produzimos 16 indicadores de cidadania que abordam este tema e duas cartilhas – “Como garantir a proteção de meninas e mulheres?” e “Como garantir a saúde reprodutiva e sexual de meninas e mulheres?” –, distribuídas fisicamente e transformadas em dois *e-books* para *download*.

- Levantamento das violações de direitos existentes nos territórios com as equipes de campo e com a realização de diálogos com pessoas de referência local. No segundo semestre, houve avanço nas pesquisas sobre as principais violações de direitos identificadas pelos membros das equipes de campo do projeto, em parceria com outras organizações dos territórios trabalhados, passíveis de ações de acesso à justiça.

4. Participação em reuniões, encontros e eventos externos ao território, identificados como estratégicos, para fortalecimento das ações de cada comunidade e para divulgação dos dados das pesquisas.

Dialogamos com movimentos nacionais de direitos humanos e nos envolvemos na construção coletiva de processos mais amplos de judicializações, participando de diversas frentes de mobilização para garantia de direitos (frutos da pesquisa supracitada).



5. Realização da pesquisa por amostragem – além de seleção de pesquisadores(as), definição de critérios da amostra, elaboração de questionário, realização de entrevistas, sistematização e análise dos dados.

- Estruturação de toda a pesquisa relativa à terceira dimensão de análise (cidadania percebida) que levanta dados da percepção da população moradora acerca de seus direitos efetivados ou violados.

Construímos o desenho da amostra para a pesquisa de fluxo, que entrevistará 2.715 moradores de Jardim Gramacho e 2.966 moradores do Complexo do Borel (Borel, Casa Branca, Indiana e Chácara do Céu). Fizemos o pré-teste, a seleção e o treinamento de 35 pesquisadores locais.

6. Consolidação do diagnóstico dos territórios a partir dos dados levantados na pesquisa.

- Realização de coleta e sistematização de informações e dados primários para construção dos diagnósticos sociais participativos, realização de entrevistas com pessoas-chave dos territórios, elaboração do texto do pré-diagnóstico e submissão à equipe de pesquisa e de campo.

O diagnóstico está em processo de aperfeiçoamento na etapa Diálogos Participativos do projeto, de forma coletiva, por meio de encontros presenciais de trabalho, nos quais os dados contidos no documento são apresentados, criticados, complementados e pactuados em sua versão final a ser apresentada e lançada no primeiro semestre de 2022.

RESULTADOS

1. Realização da campanha de autocadastramento no Banco de Dados de Espaços e Ações Cidadãs (BDEAC) com a construção de indicadores da dimensão da cidadania ativa.

- O BDEAC está no processo final de sua reformulação. A plataforma teve a área administrativa recriada e as funções atualizadas, com a migração da plataforma WordPress para a Plataforma Drupal, facilitando o processo de inclusão e exclusão de novos campos, dando mais autonomia à equipe do projeto.

- Cadastramento de 29 instituições do Complexo do Borel.

- Cadastramento de 13 instituições de Jardim Gramacho.

2. Definição dos indicadores de cidadania que irão compor o sistema de indicadores dos territórios, discutindo o resultado da pesquisa e a apropriação dos dados pelas equipes de trabalho.

- Indicadores de cidadania medida elaborados: 22.

- Indicadores de cidadania garantida elaborados: 12.

3. Organização e realização de rodas de diálogo e encontros ampliados nos territórios para discussão e apropriação da pesquisa e construção de uma agenda de incidência.

- Finalização do primeiro ciclo de formações do projeto com a realização de quatro encontros com especialistas que trataram dos seguintes temas: duas sessões sobre “Acesso à justiça” (2 de fevereiro e 19 de março); um encontro sobre “Bens comuns” (9 de março); um encontro sobre “Cidadania e a Constituição brasileira (2 de março). Os encontros contaram com membros do Grupo de Referência Técnico Científico (GRTC) como palestrantes, o que proporcionou a ampliação do diálogo entre as equipes de pesquisa e de campo com membros deste grupo.

- Realização do segundo ciclo de formações do projeto, concluído com o curso sobre o “Direito à vida segura das mulheres e acesso à justiça”. Foram produzidos e enviados certificados para as(os) participantes, bem como disponibilizados todos os materiais apresentados pelas educadoras. Foi produzido ainda um guia de procedimentos para os(as) participantes da formação, duas cartilhas e dois *e-books* (disponibilizados gratuitamente na plataforma Amazon). Os livros serão lançados em junho de 2022, encerrando oficialmente esse ciclo de formações.

- Levantamento das violações de direitos existentes nos territórios com as equipes de campo e com a realização de diálogos com pessoas de referência local.

Neste período, promovemos encontros formativos sistemáticos do GT de Acesso à justiça (formado por membros da equipe técnica e dois participantes de cada equipe dos territórios), buscando criar estratégias de intervenção jurídica para as demandas de cada território. Foram também realizados encontros com a equipe técnica e de campo e as organizações de cidadania ativa locais para identificar violações de direitos nos territórios. Algumas se destacaram: falta de água, violência policial (praticada por agentes do Estado), falta de energia elétrica, dificuldade de mobilidade urbana, falta de investimento em cultura e lazer. No segundo semestre de 2022, o GT de Acesso à justiça enviará ofícios para o Ministério Público, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a Empresa de Transporte Reginas. Foi enviado ainda ofício para a Defensoria Pública de Duque de Caxias, notificando as violações ao direito de acesso à informação visibilizadas pela pesquisa de transparência do poder público.

4. Participação em reuniões, encontros e eventos externos aos territórios, identificados como estratégicos, para fortalecimento das ações de cada comunidade e para divulgação dos dados das pesquisas.

- Reunião, nos dias 17 de maio e 14 de agosto com a defensora pública titular do 4º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (que abarca o município de Duque de Caxias), Exma. Alessandra Bentes Teixeira Vivas, no intuito de levantar possíveis caminhos a serem tomados quanto às ações coletivas



ajuizadas em face do governo municipal para o cumprimento de determinações judiciais quanto à Covid19.

- Participação no “Curso de formação para atuação internacional em direitos humanos”, promovido pelo Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil, nos dias 9, 15, 22 e 28 de abril, 6, 13, 20 e 27 de maio, 10, 17 e 24 de junho.

- Encontros nacionais virtuais do Projeto Sementes de proteção de defensores(as) de direitos humanos: participação em seis encontros nacionais, ocorridos de forma virtual através da Plataforma Meet, entre os meses de agosto e novembro, com presença de mais de cem representantes de 25 estados e do Distrito Federal.

- Coorganização do 1º Encontro Estadual do Projeto Sementes de proteção, cujo tema foi “A proteção de defensores de direitos humanos no estado do RJ”, realizado através da Plataforma Zoom, que contou com a presença de 17 representantes de espaços de cidadania ativa do estado do Rio de Janeiro, além de representantes da Coordenação do Projeto Sementes, da Coordenação do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) nacional e estadual e da Abong.

5. Realização da pesquisa por amostragem – além de selecionar pesquisadores(as), definir critérios da amostra, elaborar questionário, realizar entrevistas, sistematizar e analisar dados.

- Construção dos dois questionários da pesquisa, estabelecimento do desenho da pesquisa (cotas populacionais, espalhamento geográfico e definição do tamanho da amostra), abertura de edital para contratação de pesquisadoras(es), realização de amplo processo formativo sobre a metodologia Incid, com foco na cidadania percebida e sobre os métodos e as técnicas de pesquisa por amostragem, e realização de pré-teste. A realização da pesquisa de percepção ocorrerá no primeiro semestre de 2022.

6. Consolidação do diagnóstico dos territórios a partir dos dados levantados na pesquisa.

- Realização de quatro encontros de qualificação do diagnóstico social participativo, dois em Jardim Gramacho, nos dias 6 e 14 de dezembro, e dois no Complexo do Borel, nos dias 9 e 14 de dezembro. Nos encontros para realização de entrevistas com os atores locais para elaboração do texto base do pré-diagnóstico (realizados entre os dias 15 de fevereiro e 23 de agosto) e nos encontros de discussão e qualificação deste texto (realizados entre 29 de novembro e 16 de dezembro), contamos ao todo com a participação de 25 pessoas. Com relação à continuidade dos diálogos participativos com os territórios, estão previstos encontros de discussão dos indicadores de cidadania das dimensões da cidadania medida e da cidadania garantida entre março e abril de 2022.

PÚBLICO



- Tipo de público: representantes dos espaços de cidadania ativa, especialistas sobre os temas abordados e mulheres residentes em favelas e periferias urbanas do Brasil.
- Número total de participantes/beneficiários diretos: 303.
- Número total de entidades beneficiadas: 42.
- **Por gênero:** mulher cis: 175; homem cis: 128.
- **Por raça:** branca: 9; preta: 183; parda: 23; não sabe / não respondeu: 88.
- **Faixa etária:** 18-24 anos: 33; 25-29 anos: 62; 30-59 anos: 195; 60 anos ou mais: 13.

FÓRUNS E REDES

- 1) Coletivo Brota na Laje
- 2) Forúm Comunitário de Jardim Gramacho
- 3) Creche Semente
- 4) Espaço de Desenvolvimento Infantil Borel
- 5) Espaço de Desenvolvimento Infantil Chácara do Céu
- 6) Associação de Moradores do Borel
- 7) Associação de Moradores da Casa Branca
- 8) Associação de Moradores da Indiana
- 9) Associação e Projeto Roda Viva
- 10) Fundação São Joaquim
- 11) Instituto de Cidadania Unidos da Tijuca
- 12) Jocum
- 13) Igreja Batista Peniel
- 14) Igreja Cristã Vida Renovada
- 15) Rádio Comunitária Grande Tijuca
- 16) Companhia Ato Arte
- 17) Casa Semente
- 18) Instituto Amparo



- 19) Escola de Futebol Paparazzo
- 20) ONG CHEIFA
- 21) ONG AREX
- 22) ONG ENGENHAR
- 23) ONG Uni Jardim Gramacho
- 24) ONG Gratitude
- 25) ONG Gramachinho
- 26) ONG Atleta de Ouro
- 27) ONG IDE Missões
- 28) Cooperativa Rede Reciclar Verde
- 29) Cooperativa Polo de Reciclagem
- 30) Cooperativa Associação de Catadores
- 31) ONG Cinco Pães e Dois Peixinhos
- 32) ONG Casa Amarela
- 33) Fábrica de Corações
- 34) Biblioteca Comunitária
- 35) Associação Igreja Nazareno
- 36) ONG Central da Cidadania

3. Projeto Pesquisa aplicada e *advocacy* para garantir medidas de redistribuição de impostos e royalties de mineração

PERÍODO: abril/2021 a março/2023.

FINANCIADOR: Fundação Ford.

OBJETIVO GERAL

Tornar a cidadania ativa mais presente no debate público sobre o extrativismo e fortalecê-la para cobrar leis e ações de redução de riscos e mitigação de impactos nos territórios, buscar opções mais sustentáveis e exigir mais transparência e responsabilidade social das empresas.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. A partir dos casos, análises críticas da governança pública sobre o extrativismo se tornam subsídios para formação, organização, resistência e ampla divulgação tanto nas localidades dos empreendimentos como para outros grupos atingidos e as organizações que os apoiam.
2. Movimentos e organizações dos territórios se engajam na avaliação dos impactos e no controle social da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) tanto na cobrança por transparência como na efetividade de seu uso pelas municipalidades.
3. Alianças estratégicas relacionadas ao extrativismo entre organizações e movimentos regionais e nacionais ampliadas e fortalecidas.
4. O debate sobre a transparência e a responsabilidade social das empresas extrativas.

AÇÕES REALIZADAS

1. Lançado em outubro, o relatório “Em busca da transparência: desvendando o setor extrativo brasileiro – Um estudo de caso de pesquisa-ação sobre a mina de minério de ferro Minas-Rio”, faz um estudo de caso dos impactos negativos do Projeto Minas-Rio, da mineradora britânica Anglo American, nas comunidades de Conceição do Mato Dentro (MG), para demonstrar a distribuição desigual de recursos de *royalties* em razão da falta de transparência dos fluxos financeiros dos *royalties* da mineração no Brasil. O estudo foi realizado em parceria com a coalizão Publique o que Você Paga e com apoio da Fundação Ford.
2. Também lançado em outubro, o *paper* “Impactos ecossociais do empreendimento extrativista Minas-Rio da Anglo American”, escrito por Cândido Grzybowski, ressalta que o “empreendimento é um entre tantos outros que hoje agridem a integridade da Serra do Espinhaço, território montanhoso e declarado como Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura por sua unicidade em termos de corredor natural de biodiversidade”.
3. Lançamento do estudo “Atividades extrativas no Brasil e mudanças climáticas”, que dialoga com publicação semelhante feita para a América Latina pela RLIE, da qual o Ibase é membro.
4. Realização, em 14 de julho, do “Ciclos Ibase” sobre os impactos das indústrias extrativas no clima do planeta. O encontro marca o lançamento do documento “Atividades extrativas no Brasil e mudanças climáticas”, que aponta quais as contribuições diretas e indiretas do setor extrativo no país, os impactos negativos dessa atividade, as adaptações às mudanças climáticas, a transparência e a incidência da sociedade civil, além de levantar e sugerir alternativas de adequação do setor.



5. Produção do texto “Terras-raras e nióbio no Brasil: minerais críticos e elementos essenciais para a transição energética”, publicado em português e disponível no link https://ibase.br/wp-content/uploads/2022/02/Terras-raras-e-niobio_Julio-Holanda.pdf.

6. Publicação do texto “Tierras Raras y Niobio en Brasil”, elaborado pelo Ibase, incluído na publicação “RLIE hacia la COP26: minerales y otros materiales críticos para la transición energética”, em agosto de 2021, e disponível em: <https://redextractivas.org/download/boletin-informativo-5-rlie-hacia-la-cop26-transicion-energetica-justa-y-sustentable-para-america-latina/>.

RESULTADOS

1. Realização do encontro do dia 14 de julho, que marcou o lançamento do estudo “Atividades extrativas no Brasil e mudanças climáticas”, encomendado pelo Ibase ao biólogo Júlio César Holanda Araújo, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. A transmissão foi ao vivo pelo Facebook e pelo YouTube do Ibase, simultaneamente. O documento, inédito, apontou quais as contribuições diretas e indiretas do setor extrativo no país, os impactos negativos dessa atividade, as adaptações às mudanças climáticas, transparência e incidência da sociedade civil, além de levantar e sugerir alternativas de adequação do setor. No Facebook, tivemos 340 pessoas alcançadas e 119 de engajamento. Disponível em: https://fb.watch/bvTwUms_fA/.

2. Promoção do debate virtual, no dia 2 de setembro, do estudo “Terras-raras e nióbio no Brasil: minerais críticos e elementos essenciais para a transição energética” na *live* “Transição energética: justa e sustentável para a América Latina?”, na qual foram abordadas questões relacionadas à transformação energética regional no atual cenário de crise estrutural, aprofundada pela emergência sanitária e pelos efeitos desiguais do aquecimento global e as possíveis implicações na economia dos países, em particular, nos setores de energia e mineração. Facebook - pessoas alcançadas: 127; engajamento: 20. Disponível em: <https://fb.watch/bvTiarwOGw/>.

PÚBLICO

- Tipo de público: grupos locais dos territórios impactados, movimentos regionais e nacionais, organizações de cidadania ativa.

- Número total de participantes/beneficiários diretos: 467¹.

- Número total de entidades beneficiadas: 12².

¹ Pessoas alcançadas no Facebook do Ibase.

² Organizações que fazem parte da Rede RLIE.

- Por gênero: mulher: 234; homem: 233³.

4. Projeto Núcleos de Integração Comunitária

PERÍODO: janeiro/2021 a junho/2021 (Aditivo).

FINANCIADOR: Furnas.

OBJETIVO GERAL

Implantar o Projeto Núcleos de Integração Comunitária nas comunidades definidas por Furnas, localizadas em áreas de entorno dos empreendimentos da Subestação de Angra dos Reis (RJ), da Usina Hidrelétrica de Funil (RJ), da Subestação de Foz do Iguaçu (PR), da Subestação de Mogi das Cruzes (SP) e da Usina Hidrelétrica Marechal Mascarenhas de Moraes (MG), objetivando impulsionar o desenvolvimento local de base comunitária focado nas potencialidades e nas características locais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Construir diagnósticos sociais participativos nas áreas definidas por Furnas, localizadas em áreas próximas aos empreendimentos da Subestação de Angra dos Reis (RJ), da Usina Hidrelétrica de Funil (RJ), da Subestação de Foz do Iguaçu (PR), da Subestação de Mogi das Cruzes (SP) e da Usina Hidrelétrica Marechal Mascarenhas de Moraes (MG).
2. Contribuir para o fortalecimento do tecido associativo, assessorando a formação dos fóruns comunitários, de forma que os moradores(as) se reconheçam como sujeitos de direitos e de transformação.
3. Construir, de forma participativa, os planos de ação de desenvolvimento comunitário nos cinco territórios.
4. Identificar e monitorar o processo de implantação e desenvolvimento dos projetos de referência nos cinco territórios.
5. Utilizar o conjunto de indicadores do Projeto Núcleos de Integração Comunitária no sistema de monitoramento e avaliação.

AÇÕES REALIZADAS

1. Retomada do Projeto no Território em Ibiraci (MG), Foz do Iguaçu (PR), Angra dos Reis (RJ), Itatiaia (RJ) e Mogi das Cruzes (SP). Recontratação das agentes locais, reunião de planejamento das ações,

³ Para os eventos em que não houve explicitação de gêneros, consideramos a média de 50%.



sensibilização de membros dos fóruns comunitários, reunião de planejamento das ações dos fóruns para dar seguimento às atividades dos núcleos de integração.

No início do ano de 2021, houve atraso no cronograma de atividades do Projeto Núcleos de Integração, destacando-se os seguintes fatores motivadores: a continuidade das medidas sanitárias decretadas para o controle da Covid-19 e a posse dos novos eleitos para administração municipal. Com as novas administrações municipais estabelecidas e com a incorporação dos protocolos de controle da Covid-19 no desenvolvimento das atividades do projeto, o cronograma foi retomado.

Deve-se destacar que, após as eleições, para o reinício das negociações dos fóruns comunitários, foi preciso aguardar a posse dos eleitos e a estruturação da organização administrativa das prefeituras, o que demandou um tempo de espera, sem contar que algumas mudanças ocorridas no desenho político dos municípios geraram a necessidade de novas e iniciais negociações. O quadro em que nos encontramos gerou, portanto, possibilidades de avanços e alguns retrocessos no andamento do projeto. Depois do processo de identificação dos gestores municipais, as solicitações em relação ao processo de cessão dos terrenos e a elaboração dos projetos básicos executivos prosseguiram.

- Reconstrução das agentes locais: o processo de reconstrução das agentes locais ocorreu dentro do esperado e a vigência foi até julho de 2021, de acordo com o primeiro aditivo do projeto.

- Reunião de planejamento das ações: com o objetivo de organizar as ações e as atividades do projeto, foram realizadas 12 reuniões nas seguintes datas: 25 de janeiro; 22 de fevereiro; 29 de março; 26 de abril; 24 de maio, 9 de julho, 30 de agosto; 27 de setembro; 25 de outubro; 11 de novembro; 17 de novembro; 15 de dezembro. No total, participaram das reuniões 96 pessoas, sendo 83 mulheres e 13 homens. Participantes: coordenação geral do projeto, equipes de agentes locais e um representante de Furnas.

- Reunião de planejamento das ações dos fóruns para dar seguimento às atividades dos núcleos de integração: Foi realizada uma reunião em cada território entre os meses de fevereiro e junho. As reuniões de planejamento das ações dos fóruns tiveram como objetivos abrir espaços de análise e encaminhamentos de atividades, elaboração dos projetos básicos e executivos e implementação dos planos de ação desenvolvidos por cada fórum comunitário.

- Reunião para sensibilização de membros dos fóruns comunitários: Com o propósito de sensibilizar seus membros para retomar o funcionamento dos fóruns, respeitando as medidas de distanciamento social, priorizando as plataformas digitais e redes sociais, foram realizadas as seguintes reuniões:

No Fórum Comunitário Sociedade dos Amigos da Lages, foram realizadas três reuniões (22 de janeiro; 2 de fevereiro e 20 de março), com a participação de nove mulheres e um homem.



No Fórum Comunitário Conselho Comunitário Cidade Nova, foram realizadas duas reuniões (4 de fevereiro, 5 de fevereiro e 9 de novembro), com a participação de seis mulheres e seis homens.

No Fórum Comunitário Associação Amigos do Conjunto Jefferson, foram realizadas três reuniões (12 de janeiro, 16 de fevereiro e 9 de março), com a participação de dez mulheres e três homens.

No Fórum comunitário Associação Comunitária Mambucaba, foram realizadas três reuniões (22 de janeiro, 8 de fevereiro e 18 de março), com a participação de sete mulheres e três homens.

No Fórum comunitário Núcleo de Capacitação Integração Esporte Lazer Nova Conquista, foram realizadas três reuniões (21 de janeiro, 25 de fevereiro e 29 de março), com a participação de quatro mulheres e quatro homens.

2. Identificação dos atores estratégicos e das instituições locais.

Teve o objetivo de estabelecer o reconhecimento da proposta de desenvolvimento local a partir de um processo de mobilização crescente de integração comunitária. Nesse sentido, foram realizadas reuniões de retomada das negociações nos territórios onde houve mudanças dos gestores municipais em decorrência das eleições de 2020.

No Fórum Comunitário Conselho Comunitário Cidade Nova, foram realizadas quatro reuniões (3 e 5 de março, 11 de novembro e 16 de dezembro), com a participação oito mulheres e seis homens.

No Fórum Comunitário Associação Amigos do Conjunto Jefferson, foram realizadas quatro reuniões (12 de fevereiro, 4 de março, 13 de abril e 11 de novembro), com a participação de 13 mulheres e 6 homens.

No Fórum comunitário Núcleo de Capacitação Integração Esporte Lazer Nova Conquista, foram realizadas seis reuniões (18 e 22 de janeiro, 2 e 4 de fevereiro, 23 de setembro e 26 de novembro), com a participação de sete mulheres e oito homens.

3. Articulação com parceiros para a realização dos projetos básico e executivo.

A ação consiste em conseguir apoio de profissionais para elaboração do projeto básico e executivo de cada um dos projetos de referência aprovados nos cinco territórios. Foram realizadas reuniões em quatro territórios para a celebração de parcerias locais.

No Fórum Comunitário Sociedade dos Amigos da Lages, foram realizadas duas reuniões (13 de abril e 11 de maio), com a participação de cinco homens e uma mulher.

No Fórum Comunitário Conselho Comunitário Cidade Nova, foi realizada uma reunião (16 de junho), com a participação três mulheres e três homens.



No Fórum Comunitário Associação Amigos do Conjunto Jefferson, foram realizadas oito reuniões (17 e 21 de junho, 5 e 20 de julho, 4 de agosto, 8 de outubro, 2 e 12 de dezembro), com a participação de 32 mulheres e 20 homens.

No Fórum comunitário Núcleo de Capacitação Integração Esporte Lazer Nova Conquista, foram realizadas três reuniões (26 e 27 de abril e 26 de novembro), com a participação de três mulheres e cinco homens.

RESULTADOS

1. Retomada do Projeto no Território nos territórios de Ibiraci (MG), Foz do Iguaçu (PR), Angra dos Reis e Itatiaia (RJ) e Mogi das Cruzes (SP). Reconstrução das agentes locais, reunião de planejamento das ações, sensibilização de membros dos fóruns comunitários, reunião de planejamento das ações dos fóruns para dar seguimento às atividades dos núcleos de integração.

As aplicações e suspensões constantes das medidas de isolamento social impostas pelo combate à epidemia de Covid-19 também afetaram o andamento do projeto. As execuções das ações do projeto tiveram dinâmicas diferenciadas tanto para comunicação do Ibase com os territórios como para a realização das atividades pelas agentes locais e pelos fóruns comunitários nos seus bairros. A reconstrução das agentes locais restabeleceu a comunicação e a articulação entre a equipe Ibase e os fóruns comunitários, resultando na elaboração e na aplicação do planejamento dos cinco territórios. As atividades dos núcleos de integração foram retomadas, tendo os territórios de Mogi das Cruzes e Ibiraci à frente das atividades de desenvolvimento local.

2. Identificação dos atores estratégicos e das instituições locais.

A identificação dos atores estratégicos permitiu a continuidade das negociações sobre a cessão dos terrenos e a elaboração dos projetos básicos e executivos com os gestores municipais dos territórios de Angra dos Reis e Foz do Iguaçu, além da abertura de novas negociações nos territórios de Ibiraci e Mogi das Cruzes a partir de organização de grupo de trabalho nos respectivos territórios. As negociações nos territórios de Mogi das Cruzes e Ibiraci foram satisfatórias, possibilitando avanços em relação à elaboração do projeto básico e executivo. Os demais poderes públicos locais se mostraram bem receptivos. O território de Itatiaia fixou a data de 13 de março de 2022 como data da eleição suplementar.

3. Articulação com parceiros para a realização dos projetos básicos e executivos.

As articulações locais resultaram na parceria do processo de elaboração dos projetos básicos e executivos, requisito obrigatório para que Furnas S. A. possa fazer o processo de licitação para



construção dos projetos de referência aprovados nos cinco territórios. A partir das parcerias locais, foi possível iniciar a elaboração dos projetos básicos e executivos nos seguintes territórios: Ibiraci, Mogi das Cruzes e Foz do Iguaçu, respectivamente, Fórum Comunitário Sociedade dos Amigos da Lages, Fórum Comunitário Associação Amigos do Conjunto Jefferson e Fórum Comunitário Conselho Comunitário Cidade Nova. O resultado direto das articulações com parceiros é a elaboração do projeto básico e executivo nos territórios de Ibiraci (Fórum Comunitário Sociedade dos Amigos da Lages) e Mogi das Cruzes (Fórum Comunitário Associação Amigos do Conjunto Jefferson).

PÚBLICO

- Tipo de público: comunidades situadas no entorno dos empreendimentos da Subestação de Angra dos Reis (RJ), da Usina Hidrelétrica de Funil (RJ), da Subestação de Foz de Iguaçu (PR), da Subestação de Mogi das Cruzes (SP) e da Usina Hidrelétrica Marechal Mascarenhas de Moraes (MG).
- Número total de participantes/beneficiários diretos: 245.
- Número total de entidades beneficiadas: 5.
- Número total de participantes/beneficiários indiretos: 19.731.
- **Por gênero:** mulher cis: 171; homem cis: 74.
- **Por raça:** branca: 66; preta: 114; parda: 65.
- **Faixa etária:** 25-29 anos: 35; 30-59 anos: 147; 60 anos ou mais: 63.

FÓRUNS E REDES

Fórum Comunitário Sociedade Amigos da Lages

Fórum Comunitário Conselho Comunitário Cidade Nova

Fórum Comunitário Associação Amigos do Conjunto Jefferson

Fórum Comunitário Associação Comunitária Mambucaba em Ação (ACMA)

Fórum Comunitário Núcleo de Capacitação Integração Esporte Lazer Nova Conquista

5. Projeto GRE/Abong

PERÍODO: julho/2019 a junho/2022.

FINANCIADOR: Pão para o Mundo.



OBJETIVO GERAL

Estimular debates estratégicos (produção de textos e reflexões coletivas) que estimulem a discussão sobre novos paradigmas de desenvolvimento e os desafios para processos de transição que nos tirem do atual modelo de desenvolvimento capitalista concentrador de riquezas, excludente da classe trabalhadora (especialmente mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTTTQI+ e populações tradicionais) e destruidor dos recursos naturais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Promover debates temáticos e em áreas específicas sobre que novos paradigmas são necessários para que o Brasil e o mundo alcancem a igualdade e a justiça social.
2. Publicar textos sobre o tema dos novos paradigmas.
3. Criar e manter uma plataforma eletrônica que estimule debates sobre novos paradigmas e processos de transição.

AÇÕES REALIZADAS

1. Encontro Virtual “Ateliê novos paradigmas e o ativismo social e ecológico”, realizado em parceria com a Abong e o Instituto de Estudos da Religião (Iser) Assessoria, no dia 27 de janeiro. O debate teve a mediação de Athayde Motta, diretor do Ibase e membro da diretoria da Abong, a participação de Cândido Grzybowski, ex-presidente do Conselho de Governança do Ibase, de Marizelha Lopes, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras da Ilha da Maré (BA), e Jorge Krekeler, do Grupo de Trabalho Cambio Climático y Justicia (Bolívia). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W_gXfQHBxzl&t=1193s
2. Lançamento da plataforma **gre.novosparadigmas**, uma ferramenta para partilha de textos, experiências, estudos, dados e reflexões relevantes para o debate dos novos paradigmas e da transição pós-capitalista, ao mesmo tempo que abre espaços para discussões, trocas de conteúdo, reuniões virtuais e planejamento de ações. Em parceria com a Abong e o Iser Assessoria, o GRE foi integrado à iniciativa Novos Paradigmas, que já vinha sendo desenvolvida por essas instituições e que apresentava objetivos similares. Desse modo, o site do GRE foi acoplado ao site Novos Paradigmas: <https://gre.novosparadigmas.org.br/>. Para acompanhamento, foi criado um grupo de trabalho, o GT Novos Paradigmas, que realizou quatro reuniões no ano de 2021.



3. Criação do fórum de debates “Brasil 2022: o resgate indispensável”, sobre formas de reação à onda de ataques à democracia e à banalização da vida no país, com a participação de 14 articuladores(as).

RESULTADOS

1. Realização do encontro “Ateliê novos paradigmas e o ativismo social e ecológico”, uma iniciativa do Projeto GRE/Novos paradigmas, em parceria da Abong com o Iser Assessoria. O encontro virtual teve o objetivo de promover um debate sobre a busca de alternativas diante da globalização neoliberal e sua destruição ecológica. Atualmente, está com 174 visualizações.

2. Ao longo de 2021, foram feitos ajustes de conteúdo e convites para que novos(as) participantes se juntem ao grupo. No total, 14 pessoas foram cadastradas – gênero: 3 mulheres; 11 homens; raça: 3 pretos; 10 brancos; 1 indígena; faixa etária: maioria acima de 60 anos.

3. A animação do site <https://gre.novosparadigmas.org.br/> passou a ser feita pela Abong (organização parceira da iniciativa), com o acompanhamento direto do diretor executivo do Ibase, Athayde Motta. Além do Ibase e da Abong, o Iser Assessoria também faz parte da iniciativa.

4. O GT Novos paradigmas, responsável pela proposta GRE/Abong, passou por diversas discussões e propôs-se a criação de um fórum de debates com o objetivo de traçar formas de reação à onda de ataques à democracia e à banalização da vida. O GT Novos paradigmas realizou ainda *lives*, entrevistas e publicou artigos relativos ao tema, no entanto, não aumentamos o número de organizações participantes do projeto.

5. Mapeamento sobre as principais redes que debatem o tema dos novos paradigmas no mundo e as principais questões e desafios que esse tema impõe para as OSCs brasileiras. Disponível em: <https://www.novosparadigmas.org.br/pratica/>.

PÚBLICO

- Tipo de público: pesquisadores(as), lideranças de OSCs e movimentos sociais, notadamente mulheres, populações negras, povos indígenas, LGBTTTQI+ e populações tradicionais.

- Número total de participantes/beneficiários diretos: 188.

- **Por gênero:** mulher: 90; homens: 98.

- **Por raça:** branca: 10; preta: 3; indígena: 1 (referente às 14 pessoas cadastradas no site).

- **Faixa etária:** 30-59 anos: 5; 60 anos ou mais: 9 (referente às 14 pessoas cadastradas no site).

Fontes dos dados/coleta (listas de presença, fotos etc.): site do GRE e YouTube do encontro virtual⁴.

6. Estratégia Digital

PERÍODO: julho/2019 a junho/2022.

FINANCIADOR: Pão para o Mundo.

OBJETIVO GERAL

Consolidar a presença *on-line* e expandir o alcance das mídias sociais do Ibase por meio de uma estratégia digital capaz de otimizar o uso de recursos e as possibilidades oferecidas pelos meios digitais, com especial atenção para a inovação e o acesso para as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais de base.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Planejar a presença digital do Ibase a partir de estratégias de comunicação holística que otimizem o alcance e a visibilidade das principais ferramentas do Ibase (*site* e perfis em mídias sociais).
2. Inovar no uso de ferramentas gráficas (infográficos, publicações digitais), áudio (*podcasts*) e vídeos em meios digitais por OSCs e movimentos sociais parceiros do Ibase.
3. Implementar uma plataforma de captação de recursos e integrá-la à estratégia digital geral do Ibase.

AÇÕES REALIZADAS

1. A partir de janeiro de 2021, foram implantados o novo *design* e as novas editorias nas mídias sociais do Ibase. No caso específico do Instagram, foi feita nova organização do *feed* e dos *stories*. As identidades/peças criadas estão demonstradas no *anexo 1*.
2. Os perfis do LinkedIn e do YouTube foram reorganizados e relançados como canais de diálogo com diferentes públicos.
3. O *site* institucional está em fase final de reformulação e será abordado no próximo relatório semestral, assim como o lançamento das campanhas de captação de recursos e o estudo de viabilidade sobre um canal de *streaming* institucional.

⁴ Para os eventos em que não houve explicitação de gêneros, consideramos a média de 50%.



4. Fomos beneficiados com o Google Ad Grants, nos tornamos uma instituição parceira dos anúncios gratuitos do Google, possibilitando que sejam exibidos anúncios do Ibase de acordo com a pesquisa feita na página do Google, divulgando nossas causas e nossos temas de atuação.

RESULTADOS

O detalhamento completo do público das estratégias digitais do Ibase será realizado após a implantação do site institucional (previsto para a primeira semana de setembro). Avaliamos que o ideal para essa medição é ter a estratégia digital inteiramente implantada. Apresentamos, de forma provisória, os dados relativos a gênero e faixa etária nas mídias Facebook e Instagram.

As redes sociais do Ibase são o espaço de divulgação e diálogo sobre o que é produzido pela ONG e por quem trabalha na instituição. Além disso, é por meio dessas redes que conseguimos colaborar na divulgação de ações de organizações parceiras, assim como compartilhar conteúdos afins com a atuação do Ibase.

A modernização das redes sociais do Ibase também contribuiu para manter a comunicação de forma mais efetiva e proativa com públicos variados (do interno aos externos), mesmo durante o período em que ainda estamos em regime de *home office*.

A estratégia digital utilizada pelo Ibase tem buscado ampliar seu alcance e inovar no uso das tecnologias disponíveis. Ao longo do segundo semestre de 2021, mantivemos as postagens sobre nossas realizações e de parceiros, mas inauguramos uma forma diferenciada de lançar nossos produtos. Em outubro, lançamos a campanha “Qual o custo do setor extrativo no Brasil?” (detalhada mais adiante) e lançamos a nova versão do site institucional (www.ibase.br).

Essa comunicação mais ágil contribuiu de maneira significativa para manter o diálogo com nossos parceiros, assim como garantiu que a marca Ibase continuasse em evidência no campo das organizações sociais, mesmo durante o longo período da pandemia de Covid-19.

PÚBLICO

- Tipo de público: OSCs e movimentos sociais, organizações de base, pessoas e organizações que acompanham o trabalho do Ibase, potenciais doadores.

Mais informações estão no item IV. Métricas (página 62).

7. Projeto Mudanças tecnológicas e novos temas no comércio internacional

PERÍODO: novembro/2019 a junho/2022.

FINANCIADOR: Pão para Mundo.



OBJETIVO GERAL

Acompanhamento, conscientização e divulgação crítica dos impactos do Acordo Mercado Comum do Sul-União Europeia (Mercosul-UE) na economia e na sociedade brasileiras e de outros países que fazem parte do Mercosul, com ênfase na questão da digitalização no mercado de trabalho, Indústria 4.0, comércio eletrônico e compras governamentais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Produzir textos e promover debates sobre a aprovação e a implementação do Acordo Mercosul-UE, contribuir para conscientizar a sociedade civil do Brasil e da América Latina sobre seus impactos nocivos nos níveis social, econômico, ambiental e das relações de trabalho.
2. Desenhar ou, pelo menos, discutir elementos de uma economia alternativa com vários setores da sociedade civil nacional, regional e internacional, incluindo, entre outros, os movimentos sociais e os sindicatos.
3. Promover ações de incidência em várias instâncias onde o acordo deverá ser discutido e em eventos importantes (Congresso Nacional, Parlamento do Mercosul – Parlasul, Parlamento Europeu, redes nacionais e internacionais que discutem tratados de livre comércio – TLCs, reuniões da Organização Mundial do Comércio – OMC, entre outros).

AÇÕES REALIZADAS

1. Produção de dois *papers* sobre impactos do Acordo Mercosul-UE:

- “Propriedade intelectual e pandemia de Covid-19: a luta contra os monopólios de saúde por meio do licenciamento compulsório automático e do TRIPS Waiver”.
- “Análise da cláusula ambiental nos acordos de livre comércio entre Mercosul e UE e Mercosul e EFTA”.

2. Organização de duas *lives* para discutir o Acordo Mercosul-UE e a Indústria 4.0. (links no item audiovisual).

RESULTADOS

O esforço da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) no período foi o de realizar estudos que apontam os impactos negativos desses tratados para a sociedade brasileira e latino-americana em diversas áreas, assim como as contradições que aparecem na defesa feita pelos setores que apoiam a adoção de tratados de livre comércio (Mercosul-UE, Mercosul-Associação Europeia de Comércio Livre – EFTA e TLC Brasil-Chile, além de propostas de acordos com o Canadá e os EUA).

A Rebrip manifestou sua posição contrária à realização desses vários acordos em notas e documentos públicos.

Além disso, a Rebrip atuou ao lado de outras redes e organizações da sociedade civil brasileiras no debate sobre o posicionamento contrário do governo brasileiro nos fóruns da OMC à quebra de patente das vacinas contra o coronavírus. Ainda como parte das atividades do período, a Rebrip realizou sua assembleia, que contou com a participação expressiva de outras redes e OSCs que têm interesse no debate sobre os TLCs no Brasil e na América Latina.

1. *Paper* “Análise da cláusula ambiental nos acordos de livre comércio entre Mercosul e UE e Mercosul e EFTA”, com versões em português e inglês, disponíveis em:

PORT: <http://www.rebrip.org.br/publicacoes/texto-n-3-da-serie-de-documentos-abordando-o-comercio-e-as-atuais-nesse-terceiro-1dbd/>).

ING: <http://www.rebrip.org.br/publicacoes/analise-da-clausula-ambiental-nos-acordos-de-livre-comercio-entre-mercosul-e-ue-a01c/>.

2. *Paper* “Propriedade intelectual e pandemia de Covid-19: a luta contra os monopólios de saúde por meio do licenciamento compulsório automático e do TRIPS Waiver”, com versões em português, espanhol e inglês, disponíveis em:

PORT: <http://www.rebrip.org.br/publicacoes/propriedade-intelectual-e-pandemia-de-covid-19-a-luta-contra-os-monopolios-de-sa-041f/>.

ESP: <http://www.rebrip.org.br/publicacoes/propiedad-intelectual-y-pandemia-de-covid-19-la-lucha-contra-los-monopolios-sobr-2ff1/>.

ING: <http://www.rebrip.org.br/publicacoes/intellectual-property-and-the-covid-19-pandemic-fighting-monopolies-on-health-go-6e70/>.

3. VII Assembleia Nacional da Rebrip, nos dias 3 e 4 de agosto, com a participação de dez pessoas (<https://www.youtube.com/watch?v=Yma3pf7xxfM&t=2s>). Nesses dois dias, a assembleia debateu a conjuntura atual do Brasil. Assim, as discussões giraram em torno do processo organizativo da Rebrip para criar novas formas de resistência diante dos embates constantes com o governo na sua atual pauta de assinatura de acordos de livre comércio, como o caso Mercosul-UE, Mercosul-EFTA, TLC Brasil-Chile ou até mesmo nas fortes investidas para fechar acordos com Canadá e EUA, como também a agressiva estratégia que o Brasil vem tendo diante da OMC e sua postura subserviente aos EUA, tentando garantir uma vaga como membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O documento de compromisso produzido na assembleia está

disponível neste link <http://www.rebrip.org.br/publicacoes/mocao-2021-viii-assembleia-nacional-da-rebrip-7733/>, e um resumo da assembleia, disponível neste: <http://www.rebrip.org.br/noticias/resumo-vii-assembleia-nacional-rebrip-6292/>.

4. Ciclo de Debates.

- Live “Tratado de Livre Comércio Brasil e Chile”, no dia 25 de março, realizada pela Rebrip (Brasil) e a Plataforma Chile Mejor Sin TLC, debateu com especialistas e parlamentares de ambos os países sobre os perigos que o Acordo de Livre Comércio Brasil – Chile esconde. Alguns pontos específicos, como propriedade intelectual, compras de governo e comércio eletrônico (ou E-commerce) precisam de muito debate porque nos colocam na perspectiva de triangulação com o Acordo de Associação Transpacífico 11 (TPP11). O debate contou com os seguintes especialistas: Lucas Taschetto, Felipe Carvalho, Adhemar Mineiro e Patricio López. Também participaram do debate os deputados Glauber Braga (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL) e Daniel Almeida (Partido Comunista do Brasil – PCdoB). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sCKBFnLogqY>. Atualmente, com 17 visualizações.

- Live “Exportações e acordos comerciais: qual o impacto do emprego feminino”, no dia 8 de julho, apresentou temas centrais na discussão dos novos atores comerciais e financeiros internacionais que estão se desenhando neste período de violentas transformações que vemos acontecer rapidamente. Por isso, esperamos, com estes debates, contribuir para discussões que a sociedade civil brasileira precisa aprofundar, em um momento em que a política externa brasileira acompanha o ultraneoliberalismo do atual (des)governo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tdeueFzEGjA>. Teve 53 visualizações.

- Live “Acordo Mercosul-UE e Mercosul-EFTA: análise das cláusulas ambientais”, no dia 15 de julho, levantou questões como “Quais os impactos do Acordo Mercosul-UE para os países de economias neoextrativistas, como as latino-americanas? Quais os impactos do Acordo Mercosul-UE para o meio ambiente, a vida no campo e na floresta? De que maneira a sociedade civil europeia tem organizado sua oposição a este acordo e como se tem construído espaços de solidariedade e luta com os latino-americanos?”. O Acordo Mercosul-UE está em fase de ratificação, encontra uma UE ameaçada pela emergência chinesa e um Mercosul frágil e desarticulado. Na luta contra sua implementação, a questão socioambiental e climática emergiu como a principal estratégia de oposição a esse acordo por parte da sociedade civil europeia e latino-americana. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zKUdddxY2G4>. Teve 68 visualizações.

- Live “Novas regras para a economia digital: o Brasil nas negociações sobre o comércio eletrônico”, no dia 22 de julho, aprofundou um tema novo no âmbito econômico, que tem se incorporado recentemente e de forma algo artilosa nas negociações comerciais. As tecnologias digitais estão transformando a economia global com impactos profundos sobre as formas nas quais bens e serviços são desenvolvidos, produzidos, comercializados através das fronteiras, distribuídos e consumidos. A transição para uma economia baseada no conhecimento e em dados requer maior acesso e circulação de dados, em boa parte, informações pessoais. Nesse cenário, destaca-se a importância dos fluxos transfronteiriços de dados e, por isso, sua regulação torna-se central. Citado no fórum empresarial de Davos, em 2020, o *Great Reset* na economia global terá a economia digital como um de seus pilares. Os dados que cedemos ao utilizar os meios digitais são um bem primário para a indústria, que vem se desenvolvendo com o avanço e o refinamento da tecnologia. O “Big data”, a internet das coisas e a inteligência artificial são, hoje, as grandes aliadas para um modelo industrial capitalista. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8_7KnBvEII. Teve 86 visualizações.

- Live “Acordos comerciais e a usurpação da soberania nacional”, no dia 3 de agosto, debateu sobre como a supranacionalidade dos acordos internacionais de comércio se refere à maneira como esse tipo de tratado passa a regular aspectos fundamentais da vida cotidiana dos indivíduos dentro dos estados-nacionais, afetando a capacidade dos políticos eleitos para tomarem decisões e da população para exercer o controle social sobre a política pública. Os acordos comerciais, negociados na sua grande maioria sem transparência nem participação das sociedades neles envolvidas, têm significado restrições à soberania nacional dos países assinantes. Assim, temos visto recentemente os Constituintes do Chile se referindo a esses acordos como “grande cadeado para a discussão constitucional” que o país, democraticamente, tem começado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yma3pf7xxfM>. Teve 44 visualizações.

- Live “Propriedade intelectual e Covid-19: mobilizações da sociedade civil em defesa do direito à saúde”, no dia 29 de agosto, apresentou como a desigualdade no acesso a vacinas e medicamentos pra Covid-19 é um reflexo das falhas estruturais do sistema de inovação médica. Desde a assinatura do acordo de Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs – em inglês, Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), em 1994, as crises de acesso se tornaram a regra, deixando populações inteiras excluídas do direito humano à saúde. Movimentos sociais, ativistas e pessoas afetadas por diversas doenças têm denunciado como o sistema de propriedade intelectual fez a pesquisa se pautar pelos interesses do mercado e não da saúde pública, convertendo bens essenciais de saúde em artigos de luxo, reservados para poucos.

Nessa conjuntura, as metas de tratamento e imunização em massa só se tornam possíveis a partir da contestação dos monopólios que as grandes empresas farmacêuticas estabelecem manipulando as regras de propriedade intelectual. Com base no acúmulo dessas lutas, está sendo negociada na OMC uma proposta de suspensão temporária de certas regras do TRIPs, apoiada por mais de cem países. Ao mesmo tempo, novas fórmulas para suspensão de monopólios em nível nacional, como a licença compulsória automática, estão permeando o debate legislativo no Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tgpy3QC5Xmw>. Teve 57 visualizações.

5. Cartas e notas.

25 de fevereiro – Carta aberta: O acordo UE-Mercosul bloqueia o futuro do Brasil. Disponível em:

PORT: <http://www.rebrip.org.br/publicacoes/carta-aberta-o-acordo-mercosul-uniao-europeia-bloqueia-o-futuro-do-brasil-15e3/>.

ESP: <http://www.rebrip.org.br/publicacoes/carta-abierta-el-acuerdo-mercosur-union-europea-bloquea-el-futuro-de-brasil-c7e3/>.

ING: <http://www.rebrip.org.br/publicacoes/open-letter-the-mercosur-european-union-agreement-blocks-the-future-of-brazil-cfe1/>

17 de fevereiro – Nota: Rechaçamos a votação de urgência para tratadmento do Tratado Brasil-Chile. Disponível no link: <http://www.rebrip.org.br/publicacoes/rechacamos-a-votacao-de-urgencia-para-tratadmento-do-tratado-brasil-chile-e5f3/>.

6. Nova identidade visual para Rebrip e Frente Mercosul.

Como parte da estratégia de fortalecimento da Rebrip e da Frente Mercosul, o setor de Comunicação do Ibase auxiliou as duas redes no processo de criação de linguagem visual e de ferramentas de comunicação para uso em documentos e redes sociais. A Rebrip criou um novo *site* e atualizou sua identidade visual, incluindo um manual para utilização da nova marca pelos membros da rede. Já a Frente Mercosul criou sua logomarca oficial, também com direito a um manual de identidade visual para orientar seus membros nos vários *sites* e redes sociais onde o trabalho da Frente é divulgado.

PÚBLICO

- Tipo de público: movimentos sociais, especialmente da área rural e camponeses (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no



Brasil/Central Única dos Trabalhadores – Contraf Brasil/CUT organizações de agroecologia etc.), movimentos ecológicos e ONGs ambientalistas e movimentos de mulheres e feminista (especialmente da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB e o GT Gênero da Rebrip).

- Número total de participantes/beneficiários diretos: 325⁵.

- Número total de entidades beneficiadas: 54.

- **Por gênero:** mulher: 163; homem: 162⁶.

8. Utilizando pagamentos mandatórios das indústrias extrativas para governos na promoção da participação, transparência e prestação de contas

PERÍODO: fevereiro/2019 a dezembro/2021.

FINANCIADOR: Publish What You Pay (PWYP).

OBJETIVO GERAL

Realizar levantamento inédito no Brasil sobre as práticas de relatoria de empresas estrangeiras que têm a obrigação de seguir a lei de pagamentos mandatórios vigente em alguns países. Comparar os dados que essas empresas reportam aos seus países de origem aos dados que elas declaram às autoridades brasileiras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Usar dados de pagamentos mandatórios das indústrias extrativas para cobrar transparência de governos e empresas gerando conscientização e empoderando cidadãos, cidadãs e comunidades impactadas por essas indústrias.
2. Produzir exemplos úteis e potencialmente replicáveis de OSCs utilizando dados de pagamentos mandatórios para ampliar a governança das indústrias extrativas e incluir a sociedade civil, demandando maior transparência de empresas e governos.
3. Oferecer exemplos úteis de aprendizados em comum utilizando dados sobre pagamentos mandatórios.

AÇÕES REALIZADAS

⁵ Soma das visualizações das *lives* no YouTube da Rebrip.

⁶ Para os eventos em que não houve explicitação de gêneros, consideramos a média de 50%.

1. Realização de pesquisa secundária básica sobre o Projeto Minas-Rio, de propriedade da empresa britânica Anglo American, com coleta de dados sobre impostos e taxas declarados pela Anglo American às autoridades e aos órgãos de controle do Ministério das Minas e Energia do Brasil.
2. Visita à Conceição de Mato Dentro para realização de entrevistas com autoridades locais, comunidades afetadas e movimentos sociais de defesa dos direitos de pessoas atingidas pelo Projeto Minas-Rio.
3. Elaboração do relatório “Em busca da transparência: desvendando o setor extrativo brasileiro”, escrito em parceria pelo Ibase e pelo PWYP Reino Unido.
4. Ação de lançamento global, com campanha em mídias sociais do Ibase e da Coalizão PWYP.

RESULTADOS

1. O relatório foi lançado no fim de 2021 e teve como resultado a publicação de vários artigos em sites especializados em temas de mineração e governança dos recursos naturais.

- Relatório “Em busca da transparência: desvendando o setor extrativo brasileiro. Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/pt/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/report-in-search-of-transparency-ending-opacity-in-brazils-extractive-sector-an-action-research-case-study-of-the-minas-rio-iron-ore-mine/>.

- Artigos publicados a partir do lançamento do relatório, disponíveis nos seguintes links:

Site Scoop World Independent: <https://www.scoop.co.nz/stories/WO2110/S00070/brazilians-suffering-in-the-shadow-of-mining-denied-benefitsfrom-company-payments-new-study-shows.htm>.

Site London Mining Network: <https://londonminingnetwork.org/2021/10/can-the-mining-industry-save-the-planet-probably-not/>.

Site Mongabay – Notícias Ambientais para Informar e Transformar: <https://brasil.mongabay.com/2021/11/mineradora-anglo-american-apresenta-grandes-lucros-mas-quem-paga-conta-e-a-comunidade-local/>.

Site Observatório da Mineração: <https://observatoriodamineracao.com.br/bancos-alemaes-injetaram-mais-de-us-1-bilhao-em-mineradoras-envolvidas-em-conflitos-no-brasil-nos-ultimos-5-anos/>.

Site Mongabay – News & Inspiration from Nature’s Frontline: <https://news.mongabay.com/2021/10/its-time-for-brazil-to-join-the-extractive-industries-transparency-initiative-commentary/>.

Site CRUDo Transparente: <https://crudotransparente.com/2021/11/29/el-sector-hidrocarburos-es-un-fuerte-ponente-para-los-precandidatos-presidenciales/>.

2. Imediatamente após o lançamento, a Câmara de Vereadores de Conceição do Mato Dentro fez um convite ao Ibase para participar de um debate sobre os impactos da Minas-Rio na população da cidade.

Obs.: Este trabalho foi realizado por demanda do PWYP Reino Unido e foi integrado às atividades que o Ibase realiza em seu projeto com a Fundação Ford.

PÚBLICO

- Tipo de público: redes e fóruns que trabalham com o tema das indústrias extrativas (óleo e gás, mineração), redes e fóruns que trabalham com o tema das compensações financeiras das empresas de mineração, redes e fóruns que trabalham com populações afetadas por grandes projetos, redes e fóruns que trabalham com questões de justiça ambiental.

9. Análise estatística de dados para a construção de plataforma aberta e gratuita sobre a questão racial no Brasil

PERÍODO: janeiro/2021 a junho/2021.

FINANCIADOR: Fundação Itaú para Educação e Cultura.

OBJETIVO GERAL

Construir uma metodologia automatizada de análise de consistência estatística (cálculo de coeficientes de variação) em cruzamento de dados de cor/raça com outras características contidas nos questionários de amostra de Censos Populacionais e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para disponibilização em plataforma aberta.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Realizar análises de consistência estatística para determinação de coeficientes de variação (incerteza estatística) para cruzamentos de dados de cor/raça com outras características contidas no questionário de amostra do Censo 2010 e das PNADs contínuas de 2012 a 2019, incluindo, na medida do possível, análises de série histórica.



2. Automatizar através de programação computacional os procedimentos de análise, de forma a permitir disponibilizar em plataforma aberta a possibilidade de cruzamento de dados do Censo e das PNADs, com suas incertezas estatísticas associadas.

AÇÕES REALIZADAS

1. Foram realizadas as análises estatísticas dos dados produzidos a partir das questões elaboradas pelo comitê diretivo, bem como dos erros estatísticos envolvidos nos cruzamentos de dados anuais e da abordagem da série temporal dos dados das PNADs de 2012 a 2019 e do Censo 2010.
2. Foi realizada a automatização da análise estatística dos erros envolvidos nos cruzamentos de dados anuais e da abordagem da série temporal dos dados das PNADs de 2012 a 2019 e do Censo 2010, inclusive gerando códigos em linguagens computacionais.
3. Foram produzidos relatórios contendo as análises citadas.

RESULTADOS

1. Construção da metodologia automatizada de análise de consistência estatística dos cruzamento de dados de cor/raça com as outras características contidas nos questionários de amostra de Censos Demográfico e da PNAD, do IBGE. Primeira etapa para a construção de banco de dados educacionais associados a desigualdades raciais.
2. Com esta etapa superada, foi possível o planejamento das próximas etapas ainda necessárias para atingir o objetivo principal do projeto, que é a construção da plataforma aberta sobre a questão racial no Brasil. Assim, as próximas etapas envolverão a análise de outras bases de dados e a construção da plataforma aberta propriamente dita.

PÚBLICO

- Tipo de público: movimentos sociais, lideranças de OSCs e de movimentos sociais, notadamente mulheres, jovens, populações negras e populações tradicionais.

10. Apoio ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

PERÍODO: abril/2021 a junho/2022.

FINANCIADOR: Catholic Agency for Overseas Development (Cafod).

OBJETIVO GERAL

Ampliar o debate público e garantir que a sociedade civil e a opinião pública sejam informadas e mobilizadas sobre os impactos da mineração com vistas a reduzir suas consequências negativas sociais, trabalhistas, ambientais e econômicas.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Avaliar a situação econômica internacional do setor da mineração.
2. Influenciar significativamente a conjuntura nacional brasileira.

AÇÕES REALIZADAS

1. Ampliação da secretaria operativa e organização de reunião de avaliação das realidades mineral, política e social, além de preparação da plenária.
2. Participação em *lives* de formação de base e debates locais e regionais sobre mineração e atuação do comitê.
3. Divulgação das produções do comitê na página da rede social, em matérias relacionadas à mineração com veiculação na mídia de circulação nacional e internacional, além de publicar análises no próprio *site* do comitê.
4. Realização de sete *podcasts*:

Episódio 14: “A captura corporativa e impunidade empresarial” – tivemos o testemunho de uma liderança do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e atingida pelo desastre-crime do rio Doce que esclareceu as dinâmicas da captura regulatória.

Episódio 15: “Perseguidos pela mineração” – para apresentar a grave situação dos que lutam frente à mineração, Raquel Giffoni (Grupo de Estudos de Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade/Universidade Federal Fluminense – PoEMAS/UFF) e Lula Jardim (PoEMAS/UFF) conversaram com o professor Evandro Costa de Medeiros, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), em Marabá (PA), a liderança quilombola Sandra Amorim, de Barcarena (PA), e o Frei Gilberto da Serra do Brigadeiro (MG).

Episódio 16: “Essa água pode beber?” – a mineração tem uma grande necessidade de água, e a instalação de projetos de extração mineral costuma gerar importantes conflitos por água com as comunidades do entorno.

Episódio 17: “A repactuação dos acordos de reparação e o novo sistema indenizatório para a bacia do rio Doce” – tratamos de dois temas-chave: entender a situação do processo de reparação do desastre causado pela Samarco, Vale e BHP Billiton, que resultou em pelo menos 19 mortes humanas imediatas, e a devastação da região do entorno de Mariana (MG), da Bacia do rio Doce e da costa do Espírito Santo.

Episódio 18: “Novas fronteiras da mineração: a extração de minério de ferro no semiárido” – o que acontece com essas comunidades cuja vida já é tão difícil pela irregularidade das chuvas?

Reproduzindo o mesmo modelo de extração para abastecer o mercado internacional, novos projetos minerais são propostos para o semiárido brasileiro.

Episódio 19: “Rio Doce, balanço de seis anos do desastre” – para contextualizar a situação das comunidades atingidas, esse episódio recupera alguns depoimentos feitos durante o “Seminário de Balanço de 6 anos do Rompimento da Barragem de Fundão”.

Episódio 20: “A mineração e suas relações com a crise climática” – neste episódio do Cava, Cristiana Losekann e Rebeca Lins, do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Organon/Ufes), conversam com Jan Morril, da organização Earthworks, sobre os vínculos entre mineração e crise climática.

Os *podcasts* estão disponíveis neste link: <https://anchor.fm/cavacast0/episodes/16--Essa-gua-pode-beber-e1433g1>.

5. Carta Aberta: Pela manutenção dos modos de vida dos povos indígenas e do direito de dizer não a mineração! Dizemos #NãoPL490 #NãoPL191. Disponível em:

http://emdefesadosterritorios.org/carta-aberta-pela-manutencao-dos-modos-de-vida-dos-povos-indigenas-e-do-direito-de-dizer-nao-a-mineracao-dizemos-naopl490-naopl191/?fbclid=IwAR3k11CJd97fqpsH-I_BxvswybyN3gOr31_KZt9Zx5Wul1Xa8zj6f-h29z4.

6. Audiência Pública – Debate na Câmara Federal sobre a transparência e o controle social sobre a utilização da CFEM e da Contribuição Financeira e da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos (CFURH), no dia 1º de junho.

Convocada pela Comissão de Minas e Energia, por meio de um requerimento do deputado federal Padre João (Partido dos Trabalhadores – PT/MG), a audiência contará com a participação de um dos coordenadores do Projeto De Olho na CFEM, o professor e pesquisador da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Bruno Milanez. Também confirmaram presença na audiência representantes do Ministério Público do Estado do Pará, da Agência Nacional de Mineração (ANM), da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig), do Instituto do Desenvolvimento da Mineração (IDM) e da Universidade Federal do Pará (UFPA).

7. Seminário “Mineração, território, trabalho e saúde em tempos de pandemia”, realizado nos dias 23, 25 e 28 de junho, teve por objetivo debater as diversas esferas que envolvem o setor da mineração e suas implicações para o território, a saúde dos trabalhadores, a transparência e o controle social da CFEM nos municípios minerados. Contou com as participações de Alessandra Cardoso, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), e de Julia Silva de Catro, do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais (Organon/Ufes). A coordenação foi de Ricardo

Gonçalves, do PoEMAS/Universidade Estadual de Goiás (UEG). A transmissão foi pelo canal www.YouTube.com/MAMnacional.

8. Lançamento de três publicações:

- “Essencialidade forjada e danos da mineração na pandemia da Covid-19: os efeitos sobre trabalhadores, povos indígenas e municípios minerados no Brasil”. O estudo investiga os efeitos do permanente funcionamento da mineração durante a pandemia da Covid-19, no ano de 2020 e no início de 2021. Foi desenvolvido no decorrer da epidemia no Brasil que, infelizmente, ainda não terminou. Portanto, os textos que compõem essa publicação se referem a períodos específicos da conjuntura sanitária, social e econômica de um processo em curso.

- “O cerco do ouro: garimpo ilegal, destruição e luta em terras Munduruku”, uma publicação do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil e do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. O livro trata da apresentação do caso emblemático da Terra Indígena (TI) Munduruku, no escopo do complexo e multifacetado problema da garimpagem de ouro realizada (ilegalmente) no interior de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas.

- “Quatro décadas do Projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia”. O livro tem o objetivo de fomentar o debate público sobre a política mineral brasileira, aprofundando a crítica ao modelo implementado no país.

RESULTADOS

1. Reuniões mensais da secretaria operativa do Comitê, que ajudaram no acompanhamento dos desdobramentos da pauta da mineração nas ações dos projetos e próximos passos.

2. Articulação com as organizações da sociedade civil para traçar estratégia de enfrentamento a aprovação das alterações no código de mineração.

3. Reunião, toda sexta-feira, da articulação Freio Trator Ruralista da Câmara dos Deputados Federais, que é suprapartidária, com a participação da sociedade civil organizada .

4. *Podcast* Ep.14 “A Captura corporativa e impunidade empresarial”. Essa captura está relacionada à não reparação devida aos atingidos e atingidas e à falta de protagonismo da qual essas pessoas padecem no âmbito dos processos judiciais. Dessa forma, a captura regulatória submete a garantia dos direitos humanos e o princípio da centralidade do sofrimento da vítima à lógica de mercado e aos interesses corporativos, revelando uma postura permissiva por parte dos Estados, que pode ser até mesmo considerada como de verdadeira cumplicidade

5. *Podcast* Ep. 15 “Perseguidos pela mineração”, que debateu a situação de defensores e defensoras de direitos humanos que sofrem com assassinatos de companheiros e companheiras, ameaças de

morte, perseguições e tentativas de criminalização por se colocarem de forma crítica contra a atuação dos empreendimentos minerários.

.6. O debate na Audiência Pública teve como principais recomendações apresentadas pelos pesquisadores a regulamentação tanto no uso dos recursos da CFEM como do CFURH. A matéria completa sobre o debate está disponível neste link: <https://bit.ly/3yZYN1r>. O vídeo completo da audiência pública está disponível em: <https://bit.ly/3cgvvOa>. O documento “Perguntas e respostas sobre a CFEM” pode ser acessado no link: <https://bit.ly/34HX1UT>.

7. Realização do seminário “Mineração, território, trabalho e saúde em tempos de pandemia”, que abordou aspectos do setor da mineração na região de Goiás e suas implicações em tempos de Covid-19.

8. Produção de *podcasts* para “Cava: mineração em debate”, que se propõe a ser mais um espaço de informação sobre a mineração e de debate sobre o modelo mineral brasileiro. Com eles, a intenção é desenvolver outras formas e outros meios para conversar com as pessoas que discutem a mineração ou sofrem os impactos causados por ela. O “Cava: mineração em debate” é uma proposta coletiva que envolve o Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração e diferentes grupos de pesquisa e extensão vinculados a universidades públicas do país. Disponível em: <https://anchor.fm/cavacast0/episodes/16--Essa-gua-pode-beber-e1433g1>.

9. Lives para o lançamento das publicações.

- 9 de setembro – O debate sobre o livro “Essencialidade forjada e danos da mineração na pandemia da Covid-19: os efeitos sobre trabalhadores, povos indígenas e municípios minerados no Brasil” contou com a presença dos pesquisadores autores do livro, com a representação sindical do Metabase Inconfidentes e do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Além disso, todos os levantamentos foram realizados de modo remoto, utilizando-se de dados secundários oferecidos pelo poder público e informações disponíveis na mídia. Visualizações: 144. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RaDTuiPg470&t=6029s>.

- 21 de outubro – “O cerco do ouro: garimpo ilegal, destruição e luta em terras Munduruku”. O livro trata da apresentação do caso emblemático da Terra Indígena (TI) Munduruku, no escopo do complexo e multifacetado problema da garimpagem de ouro realizada (ilegalmente) no interior de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. Visualizações: 306. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=t4_B2T4eF-o&t=1954s.

- 8 de novembro – Lançamento livro “Quatro décadas do Projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia”. O debate sobre 40 anos do Projeto Grande Carajás na



Amazônia trouxe a participação do Laboratório de Estudos em Território, Interculturalidade e R-Existência na Amazônia LaTierra-Unifesspa e do Grupo de Estudos, Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (GEDMMA/UFMA), que desenvolveram os estudos, e de comunidades que resistem à mineração no Pará e no Maranhão. Visualizações: 164. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XSzvEpMn0NQ>.

Público

- Tipo de público: comunidades, movimentos de base, indígenas, pesquisadores, ONGs e pastorais sociais. Visamos, com nosso trabalho, a ampliar o debate público e garantir que a sociedade civil, bem como a opinião pública, sejam informadas e mobilizadas. Além de atuarmos com incidência nos poderes Legislativo e Executivo.

- Número total de participantes/beneficiários diretos: 614⁷.

- Número total de entidades beneficiadas: 11⁸.

- **Por gênero:** Mmulher: 307; homem: 307⁹.

Os beneficiários indiretos serão os povos e as comunidades que já participaram das Plenárias do Comitê e mantêm algum vínculo, seja por e-mail ou acompanhamento da página de Facebook. Em relação aos que acessam as publicações da página do comitê, estamos, atualmente, com 42.594 curtidas e em torno de 8 mil pessoas alcançadas por dia.

V. Atividades institucionais estruturantes

O desenvolvimento institucional é realizado pela Direção do Ibase e conta com o apoio da Secretaria Geral, da Administração e Finanças e da Comunicação Institucional. Visa a garantir as condições institucionais para a realização da missão do Ibase e de seu fortalecimento como organização de cidadania ativa, respeitando os princípios éticos e democráticos da transparência, da participação, das relações institucionais e da política organizacional e financeira.

4.1 Diretoria

A diretoria do Ibase cumpriu todas as suas atividades permanentes, quais sejam:

- Gestão institucional de fluxos e processos.

⁷ Soma das visualizações das *lives* no YouTube do Comitê.

⁸ Organizações que compõem a secretaria executiva do Comitê.

⁹ Para os eventos em que não houve explicitação de gêneros, consideramos a média de 50%.



- Captação de recursos.
- Coordenação geral e organização das equipes de Pesquisa e Projetos, Comunicação, Secretaria Geral e Administração e Finanças.
- Coordenação programática, monitoramento, avaliação (PMA).
- Produção, supervisão e aprovação de relatórios técnicos narrativos e financeiros.
- Relacionamento com o Conselho Curador, o Conselho Fiscal e com Associados(as) do Ibase.
- Planejamento Programático e Estratégico.
- Relações institucionais.
- Relações externas, representação e articulação.

Por orientação do Conselho Curador do Ibase, realizamos um encontro de análise de conjuntura, que contou com a participação de conselheiros(as) e associados(as) do Ibase e teve como objetivo principal a reflexão sobre estratégias institucionais diante da conjuntura. Contamos com as falas disparadoras do debate de Lúcia Xavier, ativista de direitos humanos, assistente social e coordenadora da ONG Criola, e Janaina Oliveira ReFem. cineasta, coordenadora de formação no Centro Afrocarioca de Cinema Zózimo Bulbul e no Encontro de Cinema Negro Brasil, África, Caribe, produtora audiovisual e mestranda em Cultura e Territorialidades pela UFF. O encontro contou com a participação de 16 pessoas (6 homens e 10 mulheres).

Outra ação a ser destacada foi a realização das mudanças no Conselho Fiscal e no antigo Conselho Curador, que passou a se chamar Conselho de Governança, com um novo estatuto e uma nova composição mais enxuta, seguindo os novos parâmetros da nova legislação brasileira. O Conselho Curador foi substituído por um Conselho de Governança, que possui hoje oito componentes em vez dos 15 do antigo conselho.

Cândido Grzybowski saiu da presidência do Conselho, permanecendo apenas como associado do Ibase, e em seu lugar entrou Wânia Sant'Anna, historiadora, feminista negra e especialista em diversidade.

Os novos conselhos do Ibase passam a estar assim representados:

Conselho de Governança	
Wânia Jesus de Sant'Anna	presidenta
Rosana Rodrigues Heringer	vice-presidenta
Veriano Terto Júnior	1º secretário
Nathalie Beghin	2ª secretária

Rafael dos Santos	3º secretário
Conselho Fiscal	
Carlos Afonso (fundador do Ibase)	
Débora Santana de Oliveira	
Maria Isabel de Vasconcelos Porto Tostes	

Com a eleição de Wânia Sant'Anna, é a primeira vez que o Ibase é presidido em seu conselho por uma mulher negra e também a primeira vez que seus principais cargos de direção são ocupados por pessoas negras (Wânia, Athayde Motta e Rita Corrêa Brandão), dando um belo exemplo de garantia de diversidade em cargos de poderes decisórios.

Na mesma assembleia, foram admitidos novos membros associados efetivos ao Ibase. São eles/elas: Benilda Brito; Cida Bento; Enéias da Rosa; Fernando Sousa; Henrique Silveira; Lena Azevedo; Luciene Lacerda; Mário Theodoro; Melisandra Trentin; Mônica Alkimim; Paulo Lugon Arantes; Rafael dos Santos Silva; Roberto Borges; Sylvio Costa.

4.2 Secretaria Geral

Atividades permanentes

- Suporte no gerenciamento de informações interligando o trabalho entre as equipes (Direção, Comunicação e Pesquisa).
- Acompanhamento dos convênios/contratos com as(os) coordenadoras(es) dos projetos para o cumprimento de prazos de envio de relatórios narrativos e financeiros e da documentação exigida.
- Facilitação na organização das atividades dos projetos no conjunto da instituição, assim como na organização e divulgação interna da agenda institucional a partir das informações enviadas pelas equipes.
- Facilitação na comunicação entre Direção e Conselhos Curador e Fiscal, nas agendas de reuniões de conselhos e assembleias de associadas(os), respeitando a orientação estatutária.
- Assessoramento à Direção em viagens, agendas e articulações institucionais.
- Facilitação e organização do Plano Anual e do Relatório de Atividades, elaborados de acordo com os parâmetros e os prazos estipulados pelos financiadores/patrocinadores.

Após a mudança de endereço da sede, a próxima etapa de trabalho do GT Mudança foi organizar os móveis no novo espaço. O GT fez um *layout* de como ficariam os móveis setorizando os espaços da Pesquisa, da Comunicação, da Direção, da Secretaria Geral e da Administração e



Finanças. Na nova sede, foi possível manter um espaço para o auditório que comporta até 30 pessoas, sala de reunião para até cinco pessoas, uma copa e um espaço para guardar os documentos institucionais.

A Secretaria Geral é um setor que perpassa todos os demais setores institucionais e dá suporte para que as atividades aconteçam. Neste ano, colaborou também para manter a coesão institucional. O trabalho com o setor de Administração e Finanças foi também muito importante para o cumprimento de todas as exigências legais de contratos e prazos.

4.3 Administração e Finanças

Atividades permanentes

- Suporte à estrutura organizativa nos aspectos legais e fiscais.
- Suporte aos programas e projetos institucionais e à gestão de pessoas.
- Gestão financeira, contábil, condições de infraestrutura e logística.
- Acompanhamento de auditorias externas.
- Manutenção cotidiana das certificações, das certidões e dos tributos.

Em 2021, continuamos trabalhando em *home office*.

Dando continuidade ao processo de redução de custos fixos do Ibase, com a migração do nosso servidor de arquivos e sistemas integrados da administração para a Nuvem, através do Servidor Azure fornecido pela Microsoft, adquirimos uma ferramenta para facilitação e integração da equipe na forma de trabalhar em qualquer local. Por meio de um benefício para organizações sem fins lucrativos fornecido pela TechSoup Brasil, adquirimos, de forma gratuita, o Microsoft Teams, no qual são encontrados todos os arquivos e onde podemos interagir com toda a equipe, criar ambientes seguros para reuniões e, principalmente, contar com a colaboração entre equipes em momento real. Tem sido a nossa principal ferramenta de trabalho, que trouxe inúmeros benefícios para o dia a dia do Ibase e no trabalho em casa. A equipe recebeu uma formação virtual na ferramenta Teams e no processo de uso e arquivamento de documentos na Nuvem, além de um manual para facilitar o uso e o acesso das ferramentas.

4.4 Comunicação Institucional

A área de comunicação trabalha acompanhando a conjuntura e os fatos de maior repercussão no cotidiano, especialmente aqueles que têm relação com as atividades e os projetos sendo desenvolvidos pelo Ibase. Para tal, monitora órgãos da grande imprensa, da imprensa alternativa e a comunicação das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais que atuam na defesa

de direitos. Tais iniciativas são sugeridas pela área de Comunicação à Direção e podem envolver as atividades e os projetos desenvolvidos pelo Ibase.

Atividades permanentes

- Atividades de rotina.

Elaboração de planos de comunicação para projetos; atualização de áreas fixas do *site* do Ibase, tornando o portal compatível com a realidade da instituição e com maior dinamicidade de informações; elaboração de notas e reportagens sobre temas e atividades relacionados ao Ibase, disponibilizadas no *site* da instituição; diagramação de cards e convites eletrônicos para a divulgação de eventos da instituição; envio de material de divulgação de eventos através de *mailing*; atualização e monitoramento diário das redes sociais da instituição (Twitter, Instagram, LinkedIn e Facebook); redação, edição e revisão de artigos e relatórios; assessoria de imprensa.

- Produção de publicações e materiais de comunicação de projetos.

A área de Comunicação é responsável pela produção de publicações, produtos digitais e audiovisuais a partir dos conteúdos produzidos pelas equipes técnicas. Isso inclui a concepção editorial, a definição de materiais e mídias a serem utilizadas para divulgação e a contratação de prestadores de serviços (revisores, *designers*, fotógrafos etc.).

A Comunicação Institucional do Ibase atendeu as demandas da organização em relação aos projetos em curso durante o segundo semestre de 2021 e foi responsável pela atualização e pelo aperfeiçoamento de *sites* e redes sociais pertencentes ao instituto. Alguns destaques serão listados em VI Métricas (página 62). Com a Direção, Secretaria Geral, Assessoria da Direção e Comunicação realizamos alguns debates (Ciclos Ibase e Análise de Conjuntura) *online* com a presença de especialistas do Ibase e de de outras organizações sobre temas de defesa de direitos e fortalecimento da democracia.

- *Site* do Ibase (ibase.br): atualização semanal, com publicações de notícias relacionadas a projetos da instituição, notas, eventos, artigos e publicações produzidas pelo Ibase.
- Facebook: Página do Ibase: facebook.com/ibase.
- YouTube: youtube.com/user/ibasetube.
- Twitter: twitter.com/ibasenet.
- Instagram: instagram.com/ibase.



4.5 Redes, fóruns, coletivos, coalisões e articulações

A atuação em redes e a participação qualificada em diversos movimentos da sociedade civil brasileira é um eixo importante que faz parte das ações políticas do Ibase na busca pela ampliação da democracia e pela garantia dos direitos humanos, contra as desigualdades e exclusão social diante dos desafios imediatos e de longo prazo.

Nesse contexto de atuação em rede e participação, o Ibase organizou duas *lives* que versaram sobre temas relacionados à moradia no Centro e às intervenções urbanas em favelas, com transmissão on-line pelo Facebook e YouTube do Ibase.

O Projeto Reviver Centro, idealizado pela Prefeitura do Rio, direcionou o tema da primeira *live*, realizada no dia 27 de agosto – “Moradia para quem? Como as populações que vivem no Centro serão tratadas pelo projeto?”. Essa temática enfatiza a volta do Ibase às pesquisas sobre democratização dos espaços urbanos, inclusive sobre o direito à moradia pela população mais pobre e que já reside próxima a locais que passam por processos de revitalização. Revitalizar um território que sempre teve vida, cultura e resistência é não reconhecer seus atores sociais.

Para essa discussão, foi convidada para mediação Margareth Matiko Uemuro, coordenadora do Instituto Polis, e como debatedores participaram Marcelo Edmundo, da Central de Movimentos Populares, Ângela Cassiano, da ocupação Vito Giannotti, da Central dos Movimentos Populares, Roberto Quilombo, cientista social e educador popular, e a vereadora Tainá de Paula, presidente da Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A *live* está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=We7O6B6apBw>. YouTube: 182 visualizações; Facebook: 225 pessoas alcançadas; engajamento: 88.

A segunda *live*, realizada em 17 de setembro, com o tema “As intervenções urbanas em favelas”, teve como palestrantes Maria Isabel de Vasconcelos Porto Tostes, presidente da Seaerj, Pablo Benetti, presidente do CAU/RJ, Monica Francisco, deputada estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Eliane Sousa Silva, diretora da ONG Redes de Desenvolvimento da Maré, Itamar Silva, membro do Grupo Eco, organização do Morro Santa Marta, e ex-diretor do Ibase, e Patrícia Evangelista, liderança da favela de Manguinhos.

A *live* objetivou avaliar a efetividade das políticas de intervenção mais recentes em favelas, das quais se destaca o Programa Favela-Bairro (1994 – 2010), dentre outros. Com o anúncio do retorno do Projeto Favela Bairro pela Prefeitura em 2021, esse encontro foi uma contribuição do Ibase para ampliar a agenda pública de debates sobre cidadania, direitos e participação. A *live* está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c_PqDedDxiA. YouTube: 128 visualizações; Facebook: 244 pessoas alcançadas; engajamento: 105.



No anexo 2, segue as participações de incidência do Ibase em cartas de manifestos, abaixo-assinados, adesões a notas, entre outros apoios em redes, fóruns, coletivos, coalisões e articulações.


VI. Métricas

Facebook

Seguidores até 31 de dezembro de 2020	Seguidores até 31 de dezembro de 2021
15.385	14.517

Publicações mais curtidas:

Artigo sobre mudanças na Lei de Licenciamento Ambiental








 <p>ibase Publicado por Maria Clara De Araújo Pereira · 21 de maio ·</p> <p>O debate sobre o Projeto de Lei que permite flexibilizar normas e dispensa uma série de atividades e empreendimentos do licenciamento ambiental avança no Congresso. Com pressão da bancada ruralista e de empresários do setor de mineração, o texto está no Senado e seguirá o Vice-presidente da Casa, Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PE), deve passar por audiência pública antes de sua votação pelos senadores.</p> <p>Athyde Motta, diretor do Ibase, analisa o PL e afirma: "É preciso somar forças e buscar apoio para impedir o fim de populações inteiras, com suas culturas e legados, e defender os direitos da natureza, garantindo também um desenvolvimento sustentável e inclusivo, que respeite a vida acima do lucro."</p> <p>Leia o artigo completo no site do Ibase. https://ibase.br/sem-licenciamento-ambiental-e-/</p> <p>#ibaseetinho #ibase40anos #licenciamentoambiental</p>	<p>Alcance: 13.545 Engajamento: 1.261 Link: https://www.facebook.com/ibase.br/posts/4087953044595393</p>
--	---

Artigo sobre necessidade de aumento no valor do auxílio emergencial

 <p>ibase Publicado por Maria Clara De Araújo Pereira · 15 de março ·</p> <p>"O Brasil, país que já foi referência no combate a doenças, hoje padece diante de um Governo ineficaz e insensível diante da dor de tantas famílias. O Brasil, país de Betinho, tem fome e pressa de se manter vivo."</p> <p>Leia o artigo de Rita Corrêa Brandão, diretora do Ibase, sobre a necessidade da manutenção do valor de R\$600 para o auxílio emergencial durante a pandemia da Covid-19.</p>	<p>Alcance: 11.978 Engajamento: 1.287 Link: https://www.facebook.com/ibase.br/posts/3889945117729521</p>
---	---

Artigo sobre as ameaças feitas aos membros do STF

 <p> Ibase Publicado por Maria Clara De Araújo Pereira · 17 de fevereiro · 🌐 </p> <p> "As ameaças aos membros do Supremo Tribunal Federal, o pedido de fechamento da instituição e o incentivo à desordem política que levaram à prisão do deputado Daniel Silveira (PSL/RJ), delataram de ser fatos inimagináveis em uma democracia e assumem ares de liberdade de expressão. Não são. A Constituição Federal proíbe qualquer ameaça ao nosso regime político e prevê pena de prisão para quem descumprir esse dispositivo. </p> <p> Fosse vivo, Betinho estaria – certamente – chamando por uma grande manifestação contra qualquer ameaça à nossa democracia, imperfeita mas que nos garante divergir e lutar por um Brasil melhor e mais inclusivo para todos e todas. Betinho morreu mas sua lição permanece: "um país não existe como nação se não for pela democracia". Nós do Ibase seguimos e defendemos esse legado." </p> <p> Leia o artigo completo de Athayde Motta no site do Ibase. </p>  <p> IBASE.BR Democracia é um jogo, mas não uma brincadeira - Ibase Ataques do deputado federal Daniel Silveira (PSL/RJ) ao Estado Democrático ... Saiba mais </p>	<p> Alcance: 10.560 Engajamento: 2.596 Link: https://www.facebook.com/ibase.br/posts/3817120435011990 </p>
<p> Entre 06 de outubro e 03 de novembro, o Ibase promove o curso de formação "Direito à vida segura das mulheres". A iniciativa faz parte do projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça e tem inscrições gratuitas. </p> <p> Para conhecer as especialistas convidadas e fazer sua inscrição, acesse o site do Ibase. </p>  <p> IBASE.BR Vida segura das mulheres é tema de curso de formação – Ibase Saiba mais </p>	<p> Anúncio da realização de curso sobre vida segura para mulheres </p> <p> Alcance: 14.951 Engajamento: 1.052 </p>
 <p> Ibase Publicado por Maria Clara De Araújo Pereira · 8 de outubro de 2021 · 🌐 </p> <p> O veto do presidente Jair Bolsonaro ao projeto de distribuição de itens básicos de higiene a estudantes de baixa renda de escolas públicas e pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade extrema é uma evidente violação dos direitos humanos e da cidadania. </p> <p> O preconceito e o tabu em relação à menstruação e demais assuntos relativos aos processos corporais e à sexualidade são expressão do conservadorismo e do machismo de nossa sociedade. Como consequência, o desconhecimento sobre o cuidado da saúde menstrual pode afetar até mesmo as pessoas que não estão em situação de pobreza, mas que dependem de outras pessoas para aquisição de itens de higiene. Além disso, faz com que o problema seja invisibilizado de forma sistemática. </p> <p> Leia o artigo de Bianca Arruda, pesquisadora do Ibase. </p>	<p> Artigo sobre o veto do presidente Jair Bolsonaro à distribuição de absorventes higiênicos </p> <p> Alcance: 8.126 Engajamento: 797 </p>

 <p>Ciclos Ibase</p> <p>O FUTURO DAS INTERVENÇÕES PÚBLICAS NAS FAVELAS</p> <p>Convidados/as: Sandra Pleasant Jouan - Ibase Maria Isabel Tostes - SeaeRJ Pablo Benetti - CAU/RJ Mônica Francisco - Deputada Estadual (PSOL/RJ) Eliane Sousa Silva - ONG Redes de Desenvolvimento da Maré Itamar Silva - Grupo Eco / Morro Santa Marta Patrícia Evangelista - liderança de Manguinhos</p> <p>17/09 17h00</p> <p>  Ibase</p> <p>Realização Parceira    </p>	<p>Anúncio do Ciclos Ibase sobre programa de urbanização nas favelas do Rio</p> <p>Alcance: 8.201 Engajamento: 573</p>
--	---

Instagram

Seguidores até 31 de dezembro de 2020	Seguidores até 31 de dezembro de 2021
2.587	3.018

Publicações mais curtidas:

Post sobre manifestações contra Bolsonaro

 <p>NÃO TIRE A MÁSCARA, TIRE O BOLSONARO 19 DE JUNHO NAS RUAS!</p>	<p>Impressões: 22.352 Interações: 2.055 Link: https://www.instagram.com/p/CP_hSIIJrTb/</p>
--	--










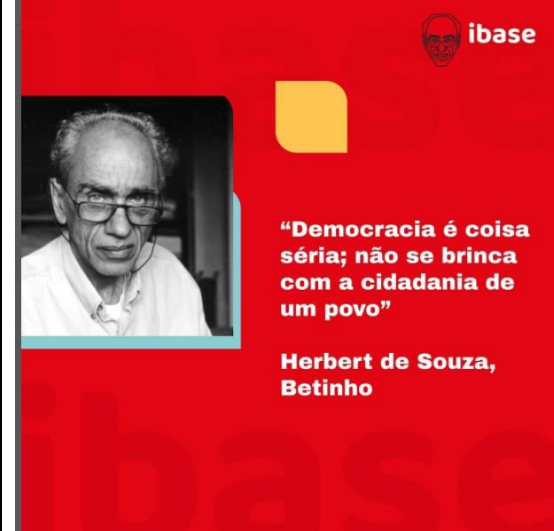

1º Encontro de Análise de Conjuntura - Dia 24 de junho, às 17 horas.

Lúcia Xavier, coordenadora de Criola, e Janaina Oliveira ReFem, cineasta, estavam entre as convidadas para animar esse debate livre e coletivo.

 <p>24/06 às 17h</p> <p>ANÁLISE DE CONJUNTURA - ANÁLISE DE CONJUNTURA - ANÁLISE DE CONJUNTURA</p> <p>Arraste para o lado para ver as presenças confirmadas</p> <p>Lúcia Xavier ativista de direitos humanos, assistente social e coordenadora de Criola.</p> <p>Janaina Oliveira ReFem Cineasta, Coordenadora no Centro Afro Carioca de Cinema Zódmio Bêbê e no Espaço de Cinema Negro Brasil, África, Caribe e outras Diásporas, CEO da JOR Produções, produtora audiovisual especializada em cultura afro-brasileira e periférica, incansável em Cultura e Território pela UFF.</p> <p>24/06 às 17h ao vivo, na plataforma Zoom</p> <p>ANÁLISE DE CONJUNTURA - ANÁLISE DE CONJUNTURA - ANÁLISE DE CONJUNTURA</p> <p>Inscriva-se pelo link na bio @ibase.</p>	<p>Impressões: 18.071 Interações: 1.819 Link: https://www.instagram.com/p/CQO1jxwJivc/</p>
---	---

Post de aviso sobre saída de Chico Menezes do Ibase

 <p>ibase</p> <p>Após 32 anos de colaboração, Francisco Menezes, o Chico, parte para outros trabalhos contra a desigualdade. Parabéns por sua contribuição para o Ibase, Chico.</p>	<p>Impressões: 881 Interações: 19 Link: https://www.instagram.com/p/CMnLp-ip-xi/</p>
---	---


 <p>Ciclos Ibase MORADIA PARA QUEM? DEBATE SOBRE O REVIVER CENTRO, DO RIO DE JANEIRO</p> <p>Convidados/as: Margareth Uemura - Instituto Pólis Ângela Cassiano - CMP Tainá de Paula - Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal RJ Marcelo Braga - CMP e Fórum Nacional de Reforma Urbana Roberto Gomes - CMP e Projeto Moradia Social</p> <p>27/08 17h00</p> <p>Ibase e Instituto Pólis</p> <p>Realização:  Parceria: </p>	<p>Anúncio do Ciclos Ibase sobre projetos de moradias em centros urbanos</p> <p>Impressões: 80.756 Interações: 78</p>
 <p>Curso de Formação Direito à Vida Segura das Mulheres</p> <p>de 06/10 a 03/11 das 19h às 21:30 online</p> <p>inscrições abertas vagas limitadas</p> <p>REALIZAÇÃO:  PARCERIA:  APOIO:    </p>	<p>Anúncio da realização de curso sobre vida segura para mulheres</p> <p>Impressões: 58.394 Interações: 126</p>
 <p></p> <p>“Democracia é coisa séria; não se brinca com a cidadania de um povo”</p> <p>Herbert de Souza, Betinho</p>	<p>Post com o posicionamento oficial do Ibase sobre ameaças à democracia e ao processo eleitoral</p> <p>Impressões: 39.175 Interações: 140</p>

Twitter


Seguidores até 31 de dezembro de 2020	Seguidores até 31 de dezembro de 2021
9.769	9.674

Publicações mais curtidas:


Artigo de Cândido Grzybowski para o *Le Monde Diplomatique*

 <p>Ibase (em 🌐) @lbasenet</p> <p>"Acho que não preciso dar detalhes sobre o tamanho a fortaleza do estreito curral em que nossa democracia se debate para não morrer de vez. Seremos capazes ruptura?" Quem pergunta é Cândido Grzybowski, presidente do Conselho do Ibase, no @diplobrasil</p> 	<p>Impressões: 3.138 Engajamentos: 16 Link: https://twitter.com/lbasenet/status/1370159666840399874</p>
---	---

Post sobre aumento de mortes na pandemia

<p>Betinho nos ensinou que somente a participação cidadã é capaz de mudar o país. Nesse 31 de março, Ibase reforça que não há espaço para ditadura. E que mortes jamais serão comemoradas. #DitaduraNuncaMais pic.twitter.com/MCYNT1RXT6</p>  <p>"Acredito na democracia como o único instrumento capaz de atender as questões da integração social, do combate à pobreza e da geração de emprego."</p>	<p>Impressões: 1.529 Engajamentos: 19 Link: https://twitter.com/lbasenet/status/1377356441141399558</p>
--	---

Participação no "tuitaço" sobre a Chacina do Jacarezinho

<p>*TWITTAÇO AGORA #ChacinadoJacarezinho*. Já são 25 mortos hoje no Jacarezinho (RJ) e a mídia ainda está chamando de operação contra "suspeitos". Temos que denunciar a operação oficial com maior número de mortos da história! Chacina que não para de crescer!</p>  <p>CHACINA DO JACAREZINHO</p> <p>Temos que ocupar as redes pra denunciar a operação oficial com MAIOR número de MORTOS da HISTÓRIA!</p> <p>Chacina que não para de crescer! CHEGA!</p>	<p>Impressões: 6.326 Engajamentos: 68 Link: https://twitter.com/lbasenet/status/1390371163885514753</p>
--	---



ibase
@ibasenet

Quem tem direito à moradia no centro do Rio de Janeiro? Dia 27/08, o Ibase, em parceria com o @institutopolis, irá debater essa questão. (+)

Ciclos Ibase
MORADIA PARA QUEM?
DEBATE SOBRE O REVIVER CENTRO, DO RIO DE JANEIRO

Convidados/as:
Margareth Uemera - Instituto Pólis
Angela Cassiano - CMP
Tainá De Paula - Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal RJ
Marcelo Braga - CMP e Fórum Nacional de Reforma Urbana
Roberto Gomes - CMP e Projeto Moradia Social

27/08 | 17h00

ibase e Instituto Pólis

5:02 PM · 18 de ago de 2021 · Twitter Web App

[Anúncio do Ciclos Ibase sobre projetos de moradias em centros urbanos](#)

Impressões: 12.883
Engajamentos: 118



ibase
@ibasenet

#Oportunidade: O Ibase está com edital aberto para a contratação temporária de moradoras e moradores de Jardim Gramacho, em #DuquedeCaxias, e do Complexo do Borel, no #RiodeJaneiro. A contratação será para o projeto Cidadania Ativa e Acesso à Justiça.

Oportunidade
ibase contrata para vaga temporária de entrevistador(a)

CIDADANIA ATIVA E ACESSO À JUSTIÇA

ibase

[Post sobre vaga para pesquisador\(a\) no Ibase](#)

Impressões: 10.284
Engajamentos: 77



Ibase
@ibasenet

"Meu nome é Marcos. Alguém compra um pão para nós? Alguém compra um leite? É fome!" O vídeo que viralizou em 03/11 traz a dor e desamparo do Brasil atual. Gravadas em Brasília, as imagens correram as redes sociais no dia que marca o nascimento de Betinho, que faria 86 anos.



[Post sobre a volta da fome no país](#)

Impressões: 2.239

Engajamentos: 102



VII. Campanhas

1. Campanha “Ibase – 40 anos de luta e defesa da democracia e dos direitos humanos”.



Depoimentos de [Athayde Motta](#); [Marcelo Branconnot](#); [Délis Ferreira](#); [Iris Patricia](#); [Iara Pietricovski](#); [Maria Rosinete dos Santos](#); [Rita Corrêa Brandão](#); [Carlos Afonso](#); [Antonia Rodrigues](#); [Henrique Silveira](#);

2. Campanha “Conheça as Conselheiras do Ibase – homenagem ao Dia Internacional da Mulher”.



<https://www.instagram.com/p/CMVDAfFJaBP/>



<https://www.instagram.com/p/CMfdndHpTrx/>



<https://www.instagram.com/p/CM0FVh6JGG6/>



https://www.instagram.com/p/CNX_i2WpXSB/



<https://www.instagram.com/p/CPELWeFpy2d/>



https://www.instagram.com/p/CQHMTg_JTvh/

3. Campanha “Qual o custo do setor extrativo no Brasil?”.

Realizada em outubro, a iniciativa teve por objetivo divulgar o estudo “Em busca de transparência: desvendando o setor extrativo brasileiro”, realizado em parceria com a PWYP. O planejamento incluiu uma *Landing page*, postagens no Facebook, Twitter e LinkedIn e quatro e-mails marketing para públicos selecionados (inclusive associados/as e parceiros/as).

Landing page [LANÇAMENTO | Estudo de caso: Em busca de transparência: desvendando o setor extrativo brasileiro \(ibase.br\)](#)

Postagens no Facebook

LANÇAMENTO

ESTUDO DE CASO
"EM BUSCA DA
TRANSPARÊNCIA:
DESVENDANDO O
SETOR EXTRATIVIVO
BRASILEIRO"

**Contribua para
que o Ibase
continue produzindo
materiais como
esse na luta pelos
direitos humanos!**

Faça uma doação
através do nosso site
www.ibase.br/doi



<https://www.facebook.com/ibase.br/posts/4659558154101543>

LANÇAMENTO

ESTUDO DE CASO
"EM BUSCA DA
TRANSPARÊNCIA:
DESVENDANDO O
SETOR EXTRATIVIVO
BRASILEIRO"

**Recomendações
à sociedade civil**



<https://www.facebook.com/ibase.br/photos/a.154012594656144/4649948785062480>

LANÇAMENTO

ESTUDO DE CASO
"EM BUSCA DA
TRANSPARÊNCIA:
DESVENDANDO O
SETOR EXTRATIVIVO
BRASILEIRO"

**Recomendações
ao Governo
Federal brasileiro**



<https://www.facebook.com/ibase.br/photos/a.154012594656144/4633333073390718>

LANÇAMENTO






ESTUDO DE CASO
"EM BUSCA DA
TRANSPARÊNCIA:
DESVENDANDO O
SETOR EXTRATIVIVO
BRASILEIRO"

**Comunidade
negras são
mais impactadas
pela Minas-Rio**

Faça o download
do estudo



<https://www.facebook.com/ibase.br/photos/a.154012594656144/4613491115374914>

<p>LANÇAMENTO</p> <p>ESTUDO DE CASO: "EM BUSCA DA TRANSPARENCIA: DESVENDANDO O SETOR EXTRATIVO BRASILEIRO"</p> <p>Qual o impacto na população local com a atuação da Anglo American?</p>  <p>Foto de Alexandre Guzzinho/IBASE</p> 	<p>https://www.facebook.com/ibase.br/photos/a.154012594656144/4609065742484118</p>
 <p>Riscos de segurança da barragem de rejeitos e preocupações da comunidade</p>	<p>https://www.facebook.com/ibase.br/photos/a.154012594656144/4609065665817459</p>
<p>Falta de água, contaminação e poluição</p> <p>Após a construção da barragem de rejeitos, foi observada a morte de peixes no rio Passa Sete, e as populações locais começaram a ver as águas poluídas, com redução do fluxo.</p> 	<p>https://www.facebook.com/ibase.br/photos/a.154012594656144/4609065659150793</p>
<p>Diminuição da produção agrícola e pouca diversificação econômica</p> <p>A área de cultivo usada para colheitas para consumo local, como banana, café, abacaxi, amendoim, arroz, cana de açúcar, feijão, mandioca e milho reduziu em 70%.</p> 	<p>https://www.facebook.com/ibase.br/photos/a.154012594656144/4609065555817470</p>



<https://www.facebook.com/ibase.br/photos/a.154012594656144/4609065515817474>

VIII. Textos e mídias externas

1. Artigos/textos produzidos

Jornal / Mídia	Data	Título e endereço eletrônico	Autor(a)
Site do Ibase	17 de fevereiro	Democracia é um jogo, mas não uma brincadeira	Athayde Motta
Site do Ibase	1º de março	Nosso DNA é carioca	Athayde Motta
Site do Ibase	15 de março	Auxílio Emergencial precisa corresponder à realidade	Rita Corrêa Brandão
Site do Ibase	21 de maio	Sem licenciamento ambiental e direito à participação, só haverá lucro e destruição	Athayde Motta
Site do Ibase	23 de julho	A democracia não aceita ameaças - Ibase	Posicionamento institucional
Congresso em Foco (uol.com.br)	25 de julho	25 de julho - uma data nascida na luta das mulheres negras contra o racismo e o sexismo - Congresso em Foco (uol.com.br)	Wânia Sant'Anna
Site do Ibase	25 de agosto	O Rio se transforma: para quem? - Ibase	Sandra Jouan
Congresso em Foco (uol.com.br)	2 de outubro	Se tem gente com fome, dá de comer - Congresso em Foco (uol.com.br)	Wânia Sant'Anna e Vanda Machado
Site do Ibase	8 de outubro	Cuidar da higiene menstrual é um direito de cidadania - Ibase	Bianca Arruda

Congresso em Foco (uol.com.br)	8 de outubro	Olhares Negros para mares de liberdade! - Congresso em Foco (uol.com.br)	Wânia Sant'Anna e Roberta Eugênio
OpenGlobalRights	28 de outubro	Lifting the veil of secrecy on rights abuses caused by Brazil's mining industry OpenGlobalRights	Athayde Motta e Miles Litvinoff
blogdopedlowski.com	7 de novembro	Mineradora Anglo American apresenta grandes lucros, mas quem paga conta é a comunidade local (blogdopedlowski.com)	

2. Entrevistas para mídia externa

Jornal / Mídia	Data	Título e endereço eletrônico	Entrevistado(a)
Valor Econômico	4 de fevereiro	A historiadora Wania Sant'Anna fala sobre o enfrentamento do racismo no Brasil	Wânia Sant'Anna
Revista Gênero e Número	24 de fevereiro	Supermercados têm ano dourado durante a pandemia em meio à insegurança alimentar e incertezas para trabalhadoras	Athayde Motta
Rede Brasil Atual	20 de março	Fundamentalismo se aprofunda na política e ameaça democracias	Wânia Sant'Anna
Rede Brasil Atual	23 de março	Crise e pandemia corroem influência de igrejas e aprovação de Bolsonaro	Cândido Grzybowski
Diário do Rio	27 de abril	Os números da miséria no Rio de Janeiro	Francisco Menezes
Exame Notícias, Negócios, Economia, Carreira e mais	8 de julho	Quer equidade racial em sua empresa? Pacto ESG Racial será lançado hoje Exame	Wânia Sant'Anna
Aventuras na História · (uol.com.br)	25 de julho	Aventuras na História · Dia da Mulher Negra: 10 obras com representatividade para crianças e adolescentes (uol.com.br)	Wânia Sant'Anna

Agência Brasil	30 de outubro	Mineração: falta de informações sobre royalties atrapalha fiscalização Agência Brasil (ebc.com.br)	Athayde Motta
Canal "Que futuro o futuro tem?"	9 de novembro	https://www.youtube.com/watch?v=xLC3Vtkbliw	Athayde Motta
Congresso em Foco (uol.com.br)	14 de dezembro	Congresso em Foco Talk faz balanço de 2021 - Congresso em Foco (uol.com.br)	Wânia Sant'Anna

3. Notas e reportagens

Jornal / Mídia	Data	Título e endereço eletrônico
Jornal A Tarde	1 de março	Indígenas denunciam Bolsonaro na ONU por genocídio e extermínio
Cimi	16 de março	Em evento paralelo ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, organizações propõem para quarta-feira (17) diálogo sobre intolerância, fundamentalismos e exclusão
Observatório da Mineração	25 de outubro	Maior beneficiária, Anglo American é acusada de prejudicar comunidades quilombolas em Minas Gerais
Agência Brasil	30 de outubro	Mineração: falta de informações sobre royalties atrapalha fiscalização Agência Brasil (ebc.com.br)
(blogdopedlowski.com)	7 de novembro	Mineradora Anglo American apresenta grandes lucros, mas quem paga conta é a comunidade local (blogdopedlowski.com)
CartaCapital.	13 de dezembro	Bancos alemães financiam mineradoras em conflito no Brasil - CartaCapital

Brasil de Fato	13 de dezembro	Bancos alemães financiam mineradoras em conflito em Internacional (brasildefato.com.br)
--------------------------------	----------------	---

Conteúdo de textos replicados do site do Ibase para mídias e sites externos

Nome da Mídia	Data	Tema	Título e endereço eletrônico
Racismo Ambiental	25 de maio	Licenciamento ambiental	Sem licenciamento ambiental e direito à participação, só haverá lucro e destruição
Racismo Ambiental	26 de outubro	Mineração	Ibase lança estudo sobre impactos da mineradora Anglo American em Minas Gerais Combate Racismo Ambiental

IX. Quadro de riscos 2021


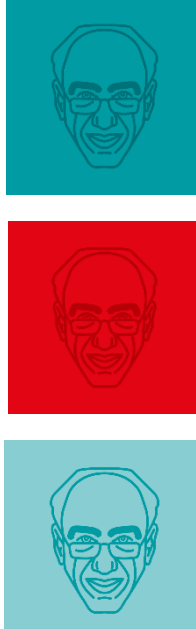


Riscos principais	Medidas preventivas	Análise dos riscos e ações desenvolvidas
<p>1. A enorme onda política conservadora e pró-mercado se estabeleceu a partir de 2016 e se aprofundou com a eleição de Jair Bolsonaro. Desde então, têm se aprofundado a desconstrução dos direitos constitucionais e a deslegitimação e paralisação das organizações e dos movimentos sociais e democráticos. Organizações de cidadania ativa deverão rever suas prioridades e estratégias continuamente em um longo processo de perdas e retrocessos. Avançam medidas restritivas à democracia.</p> <p>Alta probabilidade – Grande impacto</p>	<p>Em parceria com organizações de base, movimentos sociais, OSCs, redes e fóruns, o Ibase deve redobrar esforços para fortalecer os laços de colaboração e resistência cidadã aos avanços conservadores guiados pela agenda fundamentalista, machista, homofóbica e racista defendida pelo governo Bolsonaro. Como organização de cidadania ativa, o Ibase deve usar seu leque de métodos de produção de conhecimento para denunciar as violações por detrás das lutas, mostrar as resistências que acontecem pelo país e estimular o amplo debate público. É necessário também se lançar ao desafio de propor ideias e debater sobre que nova agenda e imaginário mobilizador o Brasil precisa neste momento para superar a crise imposta à sociedade pelo bolsonarismo, sempre tendo como norte a cidadania ativa e a democracia.</p>	<p>Esse risco se cumpriu com grande impacto, como previsto. Para reduzir seus efeitos negativos, o Ibase continuou a atuar em rede com seus parceiros (sociedade civil e financiadores) no Brasil e no exterior. O Ibase direcionou os esforços de seus projetos nos territórios para a produção de textos e análises e ações de incidência que possibilitaram tanto o fortalecimento das OSCs brasileiras como a denúncia de violações de direitos de populações marginalizadas, ativistas e OSCs. Na maioria dos casos, violações de direitos têm sua causa no conservadorismo dos setores de extrema-direita que, atualmente, dominam os espaços institucionais da política.</p>

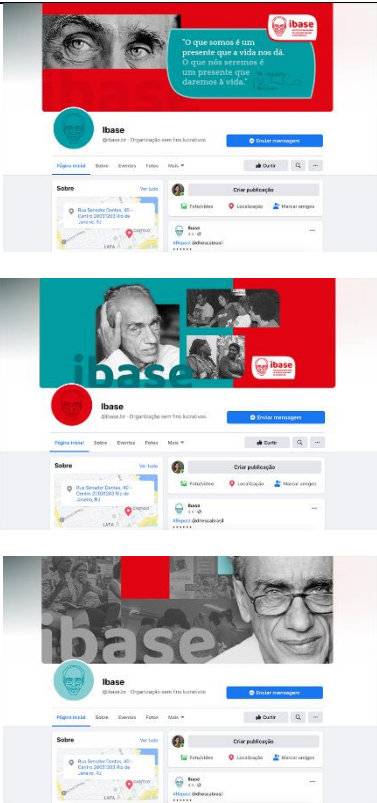
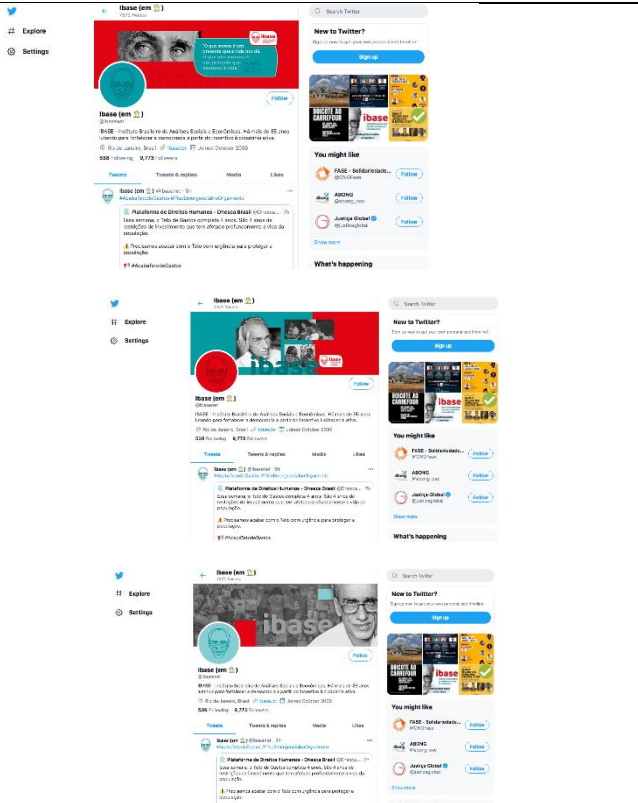



<p>2. O estreitamento do espaço público e a criminalização do protesto no Brasil, agravados com o Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu dezenas de espaços cívicos de participação na elaboração e no monitoramento de políticas públicas e, na prática, tornou sem efeito a Política Nacional de Participação Social (PNPS), criada pelo governo de Dilma Rousseff, em 2014, tornam difícil o exercício de manifestações políticas e o papel de denúncia de violações de direitos, de defesa da cidadania e de tudo que possa apontar para iniciativas de democratização. Além da Lei Antiterrorismo, há ameaça constantes de uso da Lei de Segurança Nacional, parte do legado autoritário do período de ditadura.</p> <p>Alta probabilidade – Grande impacto</p>	<p>O Ibase continua a explorar novos usos para suas metodologias de trabalho com grupos de base e ONGs parceiras. O Incid e os Núcleos de Integração têm consolidado uma contribuição valiosa em vários projetos na discussão sobre as violações de direitos e a necessidade de fortalecimento da cidadania ativa local. Em 2021, a ideia foi ampliar o uso de tais metodologias com a elaboração de projetos inovadores que possibilitaram responder aos desafios impostos à sociedade brasileira na luta por maior participação, transparência e democracia.</p>	<p>Este risco foi amenizado em grande parte pelos percalços da pandemia do novo coronavírus, que limitou severamente a realização de atos públicos tanto dos setores conservadores como dos setores progressistas. Houve apenas as motocicletas em apoio ao governo, patrocinadas e organizadas pelo próprio Palácio do Planalto, e alguns atos organizados pela campanha “Fora Bolsonaro” em várias capitais do país. Ainda assim, os projetos do Ibase continuaram funcionando e os produtos sendo elaborados, alguns com base nas próprias metodologias da organização. Os processos desencadeados cumpriram os objetivos de denunciar violações de direitos e facilitar a articulação e o fortalecimentos das OSCs brasileiras.</p>
---	--	---

<p>3. A mudança política ocorrida no Brasil em 2016 contou com o apoio da grande mídia. Desde então, as OSCs e os movimentos sociais têm procurado explorar alternativas de comunicação não hegemônica por meio das tecnologias de informação e comunicação (TICs). No entanto, seu uso efetivo e articulado em iniciativas que possam criar narrativas alternativas para a cidadania ativa continua a ser um desafio para a comunicação estratégica dos setores populares.</p> <p>Alta probabilidade - Grande impacto</p>	<p>A partir de um processo de revisão de suas diretrizes estratégicas, o Ibase tem discutido como dar maior centralidade a uma comunicação estratégica que possa ter impacto no debate público e alcançar maior visibilidade. A inovação principal deverá ocorrer por meio da formulação e implantação de uma estratégia digital que permita dar ao Ibase uma visão ampla de sua presença nas redes sociais e de sua capacidade de mobilização de debates e ideias. Complementam essa iniciativa, a produção de publicações, também em formato digital, e o uso de ferramentas de comunicação (vídeos, <i>podcasts</i>, infográficos) que ofereçam subsídios ao debate público e às ações de incidência do Ibase e de seus parceiros.</p>	<p>Em 2021, a extrema-direita continuou a utilizar as TICs e as redes sociais de maneira antiética, com a constante publicação de notícias falsas e a utilização de aplicativos de mensagens para lançar amplas campanhas digitais com fins puramente eleitorais. Alguns setores da grande mídia recuaram em relação a Bolsonaro, mas apostaram na criação de uma terceira via cuja relevância foi justificada por conta de uma suposta equivalência entre os governos de Bolsonaro e os antigos governos do PT, demonstrando a postura da grande imprensa contrária aos interesses populares. O Ibase implementou uma estratégia digital, mas seus resultados ainda foram tímidos, sugerindo que há a necessidade de aprimorar essa ferramenta de modo a ampliar o alcance e a repercussão de sua presença digital.</p>
---	---	--

<p>4. Apesar da derrota de Donald Trump nas eleições americanas, o contexto da crise estrutural e sistêmica do capitalismo neoliberal globalizado, sob controle das grandes corporações e com predomínio do capital especulativo financeiro, continua a gerar mudanças geopolíticas que afetam todo o planeta. Esse quadro foi imensamente agravado pela pandemia de Covid-19, que torna mais gritante a desigualdade global à medida que forças conservadoras disputam a definição dos rumos da resposta global ao coronavírus não apenas no campo da saúde, mas também no campo da economia. A discussão sobre novos paradigmas bioéticos, socioambientais, democráticos, justos e sustentáveis torna-se ainda mais relevante, uma vez que fica claro que as causas da pandemia estão nos modelos econômico e de desenvolvimento atuais, profundamente destrutivos do meio ambiente e da biodiversidade. A perspectiva de que a humanidade possa entrar em um período de barbárie torna-se cada dia mais real.</p> <p>Alta probabilidade – Grande impacto</p>	<p>O Ibase continua a se valer de sua posição privilegiada para propor e gestar iniciativas que provoquem a ação coletiva de atores democráticos do Sul e do Norte em nível global. No entanto, uma conjuntura conservadora crescente estimula maior esforço de coalisão e construção coletiva, além da participação estratégica em redes e fóruns internacionais onde o Ibase possa contribuir efetivamente para esse esforço. Entre as várias iniciativas sendo gestadas, estão a realização do Projeto GRE em parceria com a Abong (em uma estratégia de ampliar o envolvimento de outros atores e otimizar custos) e a participação em redes globais a partir da produção gerada pelos vários projetos do Ibase. É dessa forma que o Ibase passa a ocupar posições de liderança em uma rede regional de direitos humanos e em uma articulação global sobre as indústrias extrativas, além de consolidar sua presença nos temas de justiça ambiental e integração regional. Uma nova publicação sobre novos paradigmas serviu de subsídio para debates na edição de 2021 do Fórum Social Mundial, realizado <i>on-line</i>.</p>	<p>A ascensão da extrema-direita no Brasil teve como uma de suas consequências mais nefastas a exclusão do Brasil (como ator estratégico do Sul Global) de vários espaços globais. Ao se tornar um pária internacional, o Brasil teve prejuízos econômicos consideráveis e sofreu perda de investimentos estrangeiros. A política entreguista de Bolsonaro, aliado ao seu desprezo pelo meio ambiente, pelos recursos da Amazônia e pelas populações indígenas, gerou repercussões negativas enormes dentro e, principalmente, fora do país. Os impactos da pandemia reduziram severamente as possibilidades de participação das OSCs brasileiras nos espaços globais de vários temas de discussão, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) aos temas de comércio e integração regional. Apesar desses percalços, o Ibase teve participação ativa nas redes das quais já faz parte e foi convidado a participar de discussões emergentes relativas a temas de energias renováveis e iniciativas antirracistas em nível global. Em fins de 2021, por intermédio de sua participação na diretoria executiva da Abong, o Ibase foi convidado para participar do Comitê Executivo do Forus, a rede global de plataformas de ONGs de defesa de direitos, uma posição de destaque que pode trazer grandes oportunidades e visibilidade para a organização.</p>
--	--	--

Anexo 1: Novo design nas mídias sociais

Rede social	Facebook	Twitter
Avatares		
Capas		

<p>Aplicações</p>		
	<p>Instagram</p>	<p>LinkedIn</p>
<p>Avatares</p>		
<p>Capa</p>		



Anexo 2: Incidências do Ibase ano 2021

INCIDÊNCIAS DO IBASE ANO 2021			
Incidência	Período	Parcerias	Assunto
PRESSÃO SOBRE O CONGRESSO NACIONAL	28 de janeiro	<p>Pacto pela democracia, Plataforma de ação conjunta em defesa da construção democrática no Brasil</p> <p><i>150 organizações fazem parte do Pacto</i></p>	<p>DEMOCRACIA NAS MESAS Mais de 40 organizações estiveram juntas nesta campanha, “Democracia nas Mesas”, com o objetivo de garantir que os parlamentares de ambas as casas se comprometessem com pautas fundamentais aos desenvolvimentos social, econômico, democrático e humano no Brasil no momento de eleger as novas lideranças do Congresso Nacional.</p> <p>Foram enviadas cartas a todas as candidaturas às Presidências da Câmara e do Senado, apresentando a agenda mínima elaborada pelas organizações da sociedade civil envolvidas na campanha. O documento destacou cinco agendas consideradas prioritárias: a autonomia do Congresso Nacional, o combate sério e responsável à pandemia de Covid-19 em todo o país, a proteção do meio ambiente e o respeito às liberdades, diversidades e aos direitos expressos na Constituição Federal, incluindo o combate intransigente ao racismo, à homofobia, à misoginia, à lógica armamentista, entre outras pautas que têm ganhado perigosa força em nosso país nos últimos tempos.</p> <p>Durante várias semanas, mobilizamos milhares de cidadãos e cidadãs, que pressionaram por e-mail as lideranças partidárias do Legislativo nacional pelo compromisso dos concorrentes às Presidências das Casas com essa agenda prioritária.</p>

<p>ABAIXO-ASSINADO AO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CONTRA A SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DOS INVESTIMENTOS DO PROGRAMA COMUNIDADE CIDADE DA ROCINHA</p>	<p>28 de fevereiro</p>	<p>Moradores(as), lideranças comunitárias, organizações e coletivos da Rocinha; moradores(as) de São Conrado, da Gávea e do conjunto da sociedade fluminense</p>	<p>Abaixo-assinado contra a suspensão e a interrupção dos investimentos do Programa Comunidade Cidade da Rocinha, que atendem os direitos básicos de infraestrutura, habitação de interesse social, mobilidade e construção de equipamentos públicos. Juntos, a sociedade organizada uniu moradores e parceiros aliados de diversas classes sociais para gritarmos de forma contundente:</p> <p>PELA CONTINUIDADE DAS OBRAS E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA COMUNIDADE CIDADE NA ROCINHA.</p>
<p>ADESÃO À NOTA DE APOIO E SOLIDARIEDADE À PASTORA ROMI BENCKE E AO CONIC</p>	<p>10 de fevereiro</p>	<p>Abong, Católicas pelo Direito de Decidir, Conectas Direitos Humanos</p>	<p>Chamado de apoio à pastora, feminista e defensora de direitos humanos, Romi Bencke, e ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).</p>
<p>APOIO AO MANIFESTO "FORA BERNARDON"</p>	<p>6 de março</p>	<p>Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial</p>	<p>MANIFESTO FORA BERNARDON, nomeado recentemente como coordenador nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, cuja trajetória profissional coloca-se frontalmente contrária aos princípios da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e do Sistema Único de Saúde (SUS).</p>
<p>CARTA PÚBLICA AOS PRESIDENTES DA CÂMARA E DO</p>	<p>9 de março</p>	<p>Greenpeace Brasil, Observatório do Clima, World Wide</p>	<p>NÃO AO ATROPELO DO PROCESSO LEGISLATIVO E DO DEBATE DEMOCRÁTICO. Documento importante que demanda a exclusão da pauta imediata do Congresso</p>

SENADO, ARTHUR LIRA E RODRIGO PACHECO		Fund for Nature (WWF) Brasil, Instituto Socioambiental e mais de 251 organizações da sociedade civil	Nacional dos projetos de lei relacionados a três temas: regularização fundiária, licenciamento ambiental e mineração em terras indígenas.
NOTA DE APOIO À COMUNIDADE JACUTINGA (TOCANTINS)	23 de março	Organizações e movimentos da sociedade civil Brasileira	Pedido de providências para que prevaleça uma análise fundada na garantia dos direitos humanos, com a suspensão do despejo coletivo das 31 famílias agricultoras que há 30 anos ali residem, em atenção à Recomendação nº 90/2021 do Conselho Nacional de Justiça, bem como em cumprimento à Resolução nº 10/2018 do Conselho Nacional de Direitos Humanos. As organizações e os movimentos da sociedade civil brasileira externam sua preocupação com o eminente despejo da comunidade Jacutinga, estado do Tocantins, sobretudo em meio ao cenário mais grave da pandemia da Covid-19 no país, ao mesmo tempo que nos solidarizamos com as 31 famílias de agricultores familiares rurais que ali moram há mais de 30 anos e perderão tanto sua moradia como sua fonte de renda, oriunda de produtos da agricultura familiar.
NOTA PÚBLICA: ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL E DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL AFIRMAM A	29 de março	Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e organizações da sociedade civil	Entidades de representação profissional e de planejamento urbano e regional afirmam a importância do Censo 2021 e questionam o governo sobre orçamento.

<p>IMPORTÂNCIA DO CENSO 2021 E QUESTIONAM O GOVERNO</p>			
<p>MANIFESTO CONTRA A URGÊNCIA DO PL N° 6.764/2002, QUE ALTERA A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL</p>	<p>20 de abril</p>	<p>Mais de cem organizações da sociedade civil</p>	<p>As organizações da sociedade civil que participaram e apoiaram o ato contra a urgência do Projeto de Lei nº 6.764/2002, no dia 20 de abril de 2021, exigem a não aprovação do regime de urgência na votação do substitutivo a esse projeto. Entre outras propostas, o PL propõe a revogação da Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/1983) e a aprovação de uma nova legislação sob o título de defesa do Estado Democrático de Direito, em meio à pandemia de Covid-19.</p> <p>O uso cada vez mais intenso da Lei de Segurança Nacional, originada na ditadura militar, vem preocupando a sociedade civil brasileira e manifestamos acordo de que é necessária a superação desse entulho da ditadura militar. Entretanto, a aprovação de uma nova legislação demanda amplo e plural debate prévio e consulta com diversos setores sociais, uma vez que é inconcebível o risco de que uma nova lei possa seguir afetando diretamente as liberdades e os direitos fundamentais e resultar na criminalização da atuação política. A participação social e a transparência do processo legislativo são pilares da democracia, e não podemos admitir a aprovação de um projeto que se pretende de Defesa do Estado Democrático de Direito desrespeitando esses pilares.</p> <p>Além disso, qualquer legislação que trate do tema deve, imprescindivelmente, romper com a lógica autoritária e do inimigo interno que marca o espírito da Lei de Segurança Nacional. A multiplicidade de tipos penais amplos não contribui para essa superação, já que dá um duro golpe não apenas na segurança jurídica, como também ocasiona forte instabilidade ao devido processo e ao impedimento de atos autoritários por parte das autoridades policiais e do sistema de justiça. Essas lacunas causam danos especialmente graves quando se trata de crimes que incidem sobre o campo político.</p>

			<p>Nesse sentido, é importante lembrar que a garantia desses direitos e das liberdades se encontra em um momento desafiador, com o contexto de aumento da violência política e da hostilidade contra defensores(as) de direitos humanos e de criminalização de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Caso a urgência se mantenha, ainda que sejam garantidos alguns dias de debate público, corremos um sério risco de estar aprovando um texto que pode representar um risco à própria democracia, contribuindo para a criminalização da ação social e as arbitrariedades das instituições dais quais todos(as) somos testemunhas.</p> <p>No momento em que o Brasil atravessa uma das piores crises sanitárias da sua história, com aproximadamente 4 mil mortos por dia, o parlamento deveria dedicar-se ao atendimento das necessidades básicas da população e ao fortalecimento da saúde pública para salvar vidas.</p>
<p>MANIFESTO POR UMA VACINAÇÃO PARA TODAS E TODOS PELO SUS</p>	<p>26 de abril</p>	<p>212 organizações sociais e movimentos da sociedade civil</p>	<p>Assim, as entidades abaixo subscritas defendem a aprovação de mecanismos que permitam o licenciamento compulsório de vacinas e outras tecnologias úteis ao enfrentamento da Covid-19 e rechaçam veementemente a proposta contida no PL nº 948/2021 e em textos similares. Conclamamos que o Congresso ajude no combate à pandemia de forma a facilitar a vacinação do maior número de pessoas o quanto antes e, para tanto, aprove o licenciamento compulsório e não aprove o fura-fila das vacinas.</p> <p>O Senado deve colocar em votação na semana que vem duas iniciativas importantes para evitar mais mortes por Covid-19.</p> <p> Diversas organizações da sociedade civil elaboraram um manifesto pedindo aos parlamentares que tomem medidas para promover a vacinação de todas e todos os brasileiros o quanto antes, colocando a necessidade de preservar vidas acima dos interesses econômicos das grandes empresas.</p> <p> Pedimos que os senadores rejeitem o PL que permite que empresas comprem vacinas sem necessidade de doá-las ao SUS e as usem antes dos grupos prioritários – o chamado “fura-fila das vacinas” – e aprovem projetos de lei que permitem que mais</p>

			vacinas possam ser produzidas mais rapidamente no país ao suspender temporariamente o monopólio das grandes empresas farmacêuticas para produção dos imunizantes – o chamado licenciamento compulsório.
NOTA DA SOCIEDADE CIVIL EM APOIO À ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL	1º de maio	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e organizações da sociedade civil	As organizações repudiam a tentativa de criminalizar o movimento indígena e de intimidar e silenciar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e uma de suas coordenadoras executivas, a liderança Sônia Guajajara, em mais uma demonstração de truculência e racismo. A utilização da Política Federal como instrumento de perseguição política só reforça o caráter antidemocrático desse governo, cujas violações de direitos cometidas contra os povos indígenas já estão denunciadas não só no Brasil, mas também nos tribunais internacionais. Em plena pandemia, com o país somando mais de 400 mil mortos, o governo brasileiro vem acumulando denúncias pelo desmonte da política indigenista e o descaso com a vida dos povos indígenas, e é inadmissível que mobilize recursos para perseguir lideranças da sociedade civil que exercem legitimamente seu papel. Reafirmamos nosso compromisso com a luta dos povos indígenas, com o apoio às organizações indígenas que compõem a Adip e contra a criminalização promovida pelo Governo Federal.
ADESÃO AO MANIFESTO	6 de maio	Articulação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil (AMDH), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) Brasil	Solidariedad a la lucha colombiana y rechazo a la violencia.

CARTA ABERTA À OCDE	7 de maio	Conectas Direitos Humanos e entidades da sociedade civil	Carta aberta ao secretário-executivo da OCDE sobre o desmantelamento das políticas ambientais e sobre as graves violações de direitos humanos no Brasil.
VOTAÇÃO CÂMARA ENQUETE PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDL) Nº 177/2021	10 de maio	Câmara dos Deputados Federais - Enquete	Vote contra a saída do Brasil da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Seria a decretação da devastação ambiental e do genocídio indígena e quilombola. Vote e compartilhe. Autorização ao presidente da República para denunciar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e internalizada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.
PETIÇÃO PÚBLICA ENVIADA À CÂMARA FEDERAL	10 de maio	Artistas e sociedade civil	"ARTISTAS PELO IMPEACHMENT" fazem lançamento público de seu Manifesto em um Encontro e convidam a sociedade a entrar na luta pelo fim do que chamaram de 'pesadelo'.
CARTA AOS PARLAMENTARES SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA - PELA CIDADANIA	12 de maio	Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) e sociedade civil	Reforma Tributária que o Brasil Precisa Acompanhamento no Congresso Nacional sobre a retomada da pauta das mudanças no sistema tributário brasileiro.
CARTA DE ENTIDADES BRASILEIRAS À SUA SANTIDADE PAPA FRANCISCO CONTRA A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA E	20 de maio	Entidades religiosas e organizações da sociedade civil brasileiras	Segue carta a ser encaminhada ao Papa Francisco pedindo seu apoio e sua manifestação contra a política ambiental brasileira em vigor e a tentativa que ocorre no Congresso Nacional de aprovação de projetos de lei que são prejudiciais ao meio ambiente e aos povos do campo e da floresta. A carta está aberta para adesão de entidades, organizações e movimentos sociais brasileiros.

RETROCESSOS LEGISLATIVOS			
MANIFESTO CONTRA A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR E EM DEFESA DO INVESTIMENTO NAS ESCOLAS PÚBLICAS	20 de maio	Coalisões, redes, entidades sindicais, instituições acadêmicas, fóruns, movimentos sociais e organizações da sociedade civil	Entidades de defesa do direito à educação elaboraram uma nota de posicionamento contra a educação domiciliar.
PRESSÃO SOBRE O SENADO PARA BARRAR PROJETO	21 de maio	Nossas, Laboratório de Educação Política Ambiental, Laboratório da Cidade, Comitê Chico Mendes, organizações e pessoas da sociedade civil	Pressão para barrar projeto de lei que coloca em risco não só os biomas brasileiros, mas também os povos indígenas e quilombolas no país.
ADESÃO À CARTA EM DEFESA DOS DIREITOS DE CONSULTA E AUTODEFINIÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	25 de maio	Grupo de Trabalho Biodiversidade (GTBio) da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) e organizações da sociedade civil	Ação em defesa de uma dos principais instrumentos de luta dos povos e das comunidades tradicionais, uma carta contra o PDL nº 177/2021 que autoriza o presidente da República a denunciar a convenção 69 da OIT.

ABAIXO-ASSINADO CONTRA A EXTINÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ).	26 de maio	Uerj Fica, instituições de ensino, pessoas e organizações da sociedade civil	Combate ao Projeto de Lei elaborado pelo deputado estadual Anderson Moraes (Partido Social Liberal – PSL) que propõe a extinção da Uerj.
SIGN TO G7 LEADERS: STOP PUSHING ALL FOSSIL FUELS & INVEST IN THE CLEAN ENERGY TRANSITION	28 de maio	Grupos da sociedade civil de diversos países	Carta aos líderes do G7 para forçar a produção de combustíveis fósseis e investimento na transição para energias limpas.
CARTA ABERTA DE LIDERANÇAS INDÍGENAS E MOVIMENTOS SOCIAIS EM FAVOR DOS INDÍGENAS DE JACAREACANGAPA	28 de maio	Lideranças e movimentos indígenas e da sociedade civil	Manifestação de repúdio aos ataques sofridos pelos indígenas Mundukuru de Jacareacanga e, sobretudo, apoio público às operações e investigações dos crimes ambientais cometidos pelos garimpeiros clandestinos contra o território indígena e as lideranças que habitam aquela região.
CARTA ABERTA PARA BANIMENTO GLOBAL DE RECONHECIMENTO FACIAL	7 de junho	Acess Now, Amnesty Internacional, European Digital Rights (EDRI), Human Rights Watch, Internet Freedom Foundation (IFF), Instituto	Banimento global de reconhecimento facial e outros reconhecimentos biométricos remotos que permitam vigilância em massa, discriminatória e enviesada.

		Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), organizações da sociedade civil, ativistas e acadêmicos de toda parte do mundo	
NOTA PÚBLICA SOBRE O PL Nº 490/2007	9 de junho	Organizações do Observatório do Clima e organizações da sociedade civil	Nota Pública sobre a PL nº 490/2007, que ameaça gravemente os direitos dos povos indígenas, em pauta na semana de 7 de junho de 2021 na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados.
CARTA DA SOCIEDADE CIVIL AO PRIMEIRO MINISTRO DO CANADÁ, JUSTIN TRUDEAU, , AO SR. WISEMAN, CHEFE DO CONSELHO DA ALBERTA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION, A MICHEL LEDUC, DIRETOR SÊNIOR E GERENTE GLOBAL DE ASSUNTOS PÚBLICOS DE	10 de junho	Organizações da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, universidades	Carta da sociedade civil em defesa do direito humano à água e contra a atuação dos Fundos de Pensão Canadenses (CPPIB) e da Alberta Investments no leilão da Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

COMUNIAÇÃO DA CPP INVESTMENTS			
CARTA DE APOIO À CANDIDATURA DO ECONOMISTA PEDRO ROSSI	10 de junho	Organizações e redes de direitos humanos	Carta de apoio à candidatura do economista Pedro Rossi para o mandato de “independent expert on the effects of foreign debt and other related internacional financial obligations of States on teh full enjoyment of human rights, particularly economic, social and cultural rights.”
NOTA SOBRE OS PROJETOS DE LEI QUE ALTERAM AS REGRAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO PAÍS	11 de junho	Organizações da sociedade civil e quem quiser se manifestar contra	Nota encaminhada aos parlamentares federais para que se manifestem contra a proposta de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.633/2020, com seu apenso, PL nº 1.730/202, bem como se manifestem contra a aprovação do referido Projeto de Lei.
CARTA ABERTA: ASSISTÊNCIA CARCERÁRIA	14 de junho	Pastoral Carcerária Nacional e entidades comprometidas contra as violações de direitos e com a luta anticárcere	Carta aberta em repúdio à proposta do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) de substituir a assistência religiosa presencial por “sistemas fechados de áudio na forma de rádios ecumênicas”.
CARTA ABERTA DA GERAÇÃO 68	15 de junho	Movimentos sociais, partidos, sindicatos, centrais, ONGs, organizações da sociedade civil, redes	Carta aberta por auxílio emergencial de R\$600,00, “Vacina para todos, já!”, pela “Democracia sempre, ditadura nunca mais!”, “Basta de Genocídio! Fora Bolsonaro!”.
NOTA DE REPÚDIO À APROVAÇÃO DO PL Nº 490/2007, NA	25 de junho	Conectas Direitos Humanos, Apib, Instituto	O projeto pretende legalizar a “tese do marco temporal” e, com isso, inviabilizar a demarcação das terras indígenas. O texto da PL é um ataque aos direitos

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ) – CÂMARA DOS DEPUTADOS		Socioambiental (ISA), organizações da sociedade civil	constitucionais dos povos indígenas e abre brecha para a exploração predatória de suas terras, causando danos irreversíveis a esses povos e ao meio ambiente.
CARTA ABERTA AOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	25 de junho	Indivíduos e organizações da sociedade civil	O Supremo Tribunal Federal marcou julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365 que trata das demarcações de terras indígenas e com repercussão geral, para o dia 30 de junho de 2021. Esta carta tem como objetivo somar-se na sensibilização dos ministros em defesa dos direitos dos povos originários sobre suas terras tradicionais.
MANIFESTO “SÓ ACREDITO VENDENDO”	7 de julho	Entidades civis, cidadãos e cidadãs brasileiros	O Brasil deixa de arrecadar 300 bilhões de reais todo ano com renúncias fiscais e ninguém sabe para quem está indo esse recurso. O valor reúne benefícios que o governo federal concede para empresas, instituições e pessoas físicas. Precisamos saber a verdade. Precisamos saber para onde vai esse recurso e quais são os benefícios.
NOTA PÚBLICA – SOBRE A AMEAÇA MILITAR ÀS INSTITUIÇÕES DA REPÚBLICA	8 de julho	Cidadãos e cidadãs brasileiros, entidades civis	Nota pública coletiva de repúdio que manifesta profunda preocupação sobre o pronunciamento veiculado pelas Forças Armadas na noite de 7 de julho de 2021. A nota expressa uma reação ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as causas da calamitosa gestão da pandemia de Covid-19 no Brasil, senador Omar Aziz (Partido Social Democrático – PSD-AM), e ataca o próprio Senado da República, instituição cuja liberdade de atuação é vital para a saúde da nossa democracia. Ao afirmar que “não aceitarão qualquer ataque leviano às instituições” e prometer uma reação “mais dura” caso a CPI volte a fazer citações com suspeitas de corrupção envolvendo militares, o ministro da Defesa e os chefes das Forças Armadas transgridem fronteiras estruturantes de qualquer regime efetivamente democrático.

NOTA DE REPÚDIO E SOLIDARIEDADE ELIETE PARAGUASSU	9 de julho	Organizações da sociedade civil, moradores(as) e lideranças comunitárias de Ilha Maré, Articulação Nacional de Pescadoras, Articulação das Comunidades Quilombolas (ANQ), Coalisão Negra por Direitos, cidadãos e cidadãos e outros	Nota de apoio a Eliete Paraguassu, mulher negra feminista, marisqueira, quilombola e liderança comunitária. Exigimos direito de resposta no Programa Balanço Geral perante os ataques caluniosos e discriminatórios, sendo chamada de ignorante pelo apresentador Zé Eduardo.
ASSINATURA DE DOCUMENTO	13 de julho	Movimento “Vacina para todas e todos”	Documento de posição do movimento “Vacina para todas e todos” sobre o texto do PL nº 12/2021 (licenças compulsórias) aprovado pela Câmara dos Deputados.
ASSINATURA DE MANIFESTO	19 de julho	Comissão Pastoral da Terra e o Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso	Manifesto para denunciar a situação de violação de direitos, grilagem, violência ocorrida em Mato Grosso e a omissão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
NOTA SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) Nº 1.045 – QUEREMOS TRABALHO	4 de agosto	Organizações da sociedade civil e pessoas que queiram aderir	Um grupo de pesquisadoras(es) e organizações de juventude puxaram uma nota contrária a respeito da Medida Provisória, proposta pelo governo, que institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e que cria uma modalidade precarizada de trabalho juvenil, além de fragilizar a política de aprendizagem.

DECENTE PARA JOVENS			
PETIÇÃO “PEDIDO DE AUDIÊNCIA TEMÁTICA SOBRE PANDEMIA COVID-19, DIREITOS HUMANOS E DIREITO À SAÚDE NO BRASIL”	4 de agosto	Organizações da sociedade civil, movimentos e instituições	“As organizações peticionárias deste documento solicitam à Comissão Interamericana de Direitos Humanos audiência temática durante o 181º período de sessões, em face das severas violações aos direitos humanos, em especial do direito humano à saúde, ocorridas na República Federativa do Brasil, no contexto da Pandemia da Covid-19. A República Federativa do Brasil tem compromissos internacionais, pela adesão ao sistema global e regional de direitos humanos, e compromissos constitucionais com os direitos humanos. Por eles, deve respeitar, promover, proteger e realizar os direitos humanos. É tarefa da sociedade civil monitorar a situação e dar visibilidade a situações que podem demonstrar os problemas com relação à efetivação dessas responsabilidades, em especial neste momento, no tema do direito à saúde no contexto da pandemia da Covid-19.”
CARTA EM SOLIDARIEDADE ÀS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE ALTO DA BOA VISTA	10 de agosto	Organizações da sociedade civil, pessoas e instituições	Campanha em solidariedade às famílias da comunidade Alto da Boa Vista, localizada em Aparecida de Goiânia, Goiás. Muitas dessas famílias ocuparam essa área após sofrerem um remoção compulsória em 2018. Carta endereçada ao prefeito da cidade, ao presidente do Tribunal de Justiça e ao juízo da Vara de Fazenda Pública do município com o objetivo de buscar uma solução para essas famílias que possibilite que vivam uma vida digna.
CARTA ABERTA DOS SEM PODER	19 de agosto	Organizações da sociedade civil	Carta aberta dos sem poder a senadoras e senadores. O presidente da República decidiu assegurar a proteção que lhe dá o atual procurador-geral da República, reconduzindo-o para um novo mandato, mas terá que ser aprovada pelo Senado. Reconduzir o procurador-geral é decidir aumentar nossa dor. Contamos com Vossas Excelências no cumprimento de seu dever moral.

ASSINATURA DE ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES – ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PELO DIREITO À CIDADE	13 de setembro	Entidades e organizações da sociedade civil	<p>As entidades abaixo assinadas estão organizando um grande encontro nacional da sociedade civil no primeiro semestre de 2022 com a perspectiva de recolocar a luta pelo direito à cidade no centro do debate político nacional. A hora é agora. (Fórum Popular Plano Diretor – enviada por Carlos Vainer)</p>
CARTA DA SOCIEDADE CIVIL AOS REPRESENTANTES DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DA BAIXADA FLUMINENSE PARA APRESENTAÇÃO DE PLANOS DE INVESTIMENTO PARA USO DAS OUTORGAS DA CONCESSÃO DA CEDAE	17 de setembro	Entidades da sociedade civil	<p>Considerando os princípios constitucionais da administração pública relacionados à legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade e eficiência, reivindicamos a importância de total transparência na definição e no uso dos recursos provenientes das outorgas da Cedae.</p> <p>Pleiteamos a apresentação, por parte do município, de um plano de investimento, com propostas objetivas para uso dos recursos e cronograma.</p> <p>Demandamos a criação de comitê municipal, ou institucionalidade participativa já existente, que assegure a participação de setores da sociedade civil no controle social dos recursos e viabilize o acompanhamento das obras e dos investimentos.</p> <p>Reivindicamos a implantação de mecanismos virtuais para a devida transparência e acesso público a informações relativas ao uso das outorgas, de forma a garantir a máxima publicidade no uso de recursos públicos.</p>
MANIFESTO: A VIDA PEDE LICENÇA! PELA DERRUBADA DOS	24 de setembro	Organizações da sociedade civil	<p>A licença compulsória é o remédio mais eficaz para as crises de acesso, pois favorece a concorrência, a transparência e a sustentabilidade nas compras públicas. É preciso fortalecer o uso dessa medida de saúde pública para que a imunização e o tratamento em massa se tornem viáveis no SUS. Para que isso aconteça, todas as atenções</p>

<p>VETOS À LEI Nº 14.200/2021</p>			<p>precisam se voltar agora para a derrubada dos vetos à Lei da Licença (Lei nº 14.200/2021).</p> <p>Aprovada com ampla maioria tanto no Senado como na Câmara, a Lei nº 14.200 fez ajustes necessários para que a licença compulsória funcione melhor e mais rapidamente durante crises de saúde, mas sofreu vetos da Presidência que enfraquecem sua aplicação. Os vetos tiram as obrigações do governo e da indústria farmacêutica de agir para que conhecimentos essenciais no combate a essa terrível doença sejam tratados como bens comuns e estejam ao alcance de todos.</p> <p>Se esses vetos não forem derrubados com urgência, continuaremos vendo nossos entes queridos morrendo nas UTIs, pois os medicamentos que podem salvá-los são caros demais; e vamos seguir dependendo da boa vontade das grandes farmacêuticas para manter uma vacinação regular nos próximos anos.</p> <p>Existem muitas camadas de desigualdade (social, racial, de gênero e territorial) por trás das mortes de Covid-19 no Brasil e nossas organizações estão enfrentando cada uma delas. Para vencer a desigualdade no acesso aos produtos de saúde, os parlamentares precisam fazer sua parte. Parlamentares, derrubem os vetos à Lei nº14.200/2021, pois a vida pede licença!</p>
<p>CARTA AO BID INVEST – CAMPANHA COM FOCO NA MARFRIG GLOBAL FOODS</p>	<p>27 de setembro</p>	<p>Coalizão global Divest Factory Farming e organizações</p>	<p>O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Invest está analisando uma proposta de empréstimo de 43 milhões de dólares para a Marfrig Global Foods, e nossa campanha pede que esse empréstimo não seja aprovado.</p> <p>Como já é de grande conhecimento, principalmente dos brasileiros, a Marfrig é a segunda maior processadora de carne do mundo e está envolvida com desmatamento, esquemas de corrupção e abusos dos direitos humanos no país.</p> <p>Além do pedido referente à não aprovação desse empréstimo, também pedimos ao Grupo BID e a outros bancos públicos de desenvolvimento que parem com o financiamento de toda a pecuária industrial, já que esse modelo de agricultura está piorando a crise climática, minando a soberania alimentar e os meios de subsistência dos pequenos produtores, além de causar enorme sofrimento aos animais.</p>

			<p>Além do empréstimo em si, outros 100 milhões de dólares serão alavancados através desse processo por outras fontes, e tudo isso em um momento em que o desmatamento da Amazônia avança em ritmo acelerado; desmatamento esse que tem como um dos principais responsáveis a pecuária. Mesmo assim, sob o pretexto de promover “carne sem desmatamento”, o empréstimo do BID Invest vai apoiar uma empresa cujas práticas atuais potencialmente levarão a ainda mais desmatamento, violações dos direitos humanos e grilagem de terras indígenas por muitos anos.</p> <p>A campanha de desinvestimento “Divest Factory Farming” trabalha em parceria com comunidades e organizações afetadas localmente para acabar com o financiamento da agricultura industrial e pecuária intensiva. Várias ONGs são membros da campanha, incluindo: Sinergia Animal, Proteção Animal Mundial, Bank Information Center, Brighter Green, Friends of the Earth / Amigos da Terra, Feedback Global, Global Forest Coalition e International Accountability Project (Early Warning System).</p>
INFORME AO COMITÊ DE DIREITOS DA CRIANÇA DAS ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) E A REPRESENTAÇÃO AO CONSELHO TUTELAR DE BELO HORIZONTE	1º de outubro	Movimento Nacional de Direitos Humanos e organizações da sociedade civil	Repúdio quanto às violações de direitos humanos infantojuvenis de uma criança, ainda não identificada, portando uma arma de brinquedo com o presidente Bolsonaro. Tal fato contraria os fundamentos da proteção integral e expõe publicamente a imagem da criança sendo exposta à situação constrangedora e ilegal.
MANIFESTO - LLAMAMIENTO MUNDIAL POR	25 de outubro	Accion Ecológica (Ecuador), ActionAid International, Asian	On the eve of the 26th Conference of the Parties (COP26) to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), we have come together as civil society organizations, social movements, Indigenous Peoples, and local communities

<p>SOLUCIONES REALES, NO CERO NETO /</p> <p>[EN] SIGN ON: GLOBAL CALL FOR REAL SOLUTIONS, NOT NET ZERO</p>	<p>Peoples' Movement on Debt and Development, Center for Biological Diversity, Center for International Environmental Law (Ciel), Centre for Environmental Rights, (South Africa) - Corporate Accountability, Corporate Accountability and Public Participation Africa (Cappa), Corporate Europe Observatory, ETC Group, Federation of Organs for Social and Educational Assistance (FASE) Brazil, Food & Water Watch, Friends of the Earth International, Friends of the Earth U.S., Global Alliance for Incinerator Alternatives (Gaia),</p>	<p>to issue a global call to the governments of the world and leading international institutions for Real Solutions, Not Net Zero! We demand real plans to bring emissions and fossil fuel production down to Real Zero, through real reductions and real solutions, not far-off and empty Net Zero pledges. These plans must be based on real transformation, backed by real resources, and implemented with the real urgency required by the current crises we are facing.</p>
--	--	--

		<p>Global Forest Coalition, groundWork, Heinrich Boell Foundation, Indigenous Environmental Network (IEN), Institute for Policy Studies (IPS), Climate Policy Program, Justiça Ambiental, (Moçambique), Power Shift Africa, Stand.earth, Third World Network, War on Want, WhatNext?, entidades e organizações da sociedade civil</p>	
<p>MANIFESTO RUMO À CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP) 26</p>	<p>30 de outubro</p>	<p>Organizações da sociedade civil brasileira, movimentos sindicais, entidades, fóruns, articulações e redes, ativistas, pesquisadores(as) reunidos(as) nos grupo Carta de Belém</p>	<p>Em nome do Clima, avança a espoliação dos territórios. Diante do cenário descrito no manifesto, todos ao lado citados elaboraram um manifesto para ser encaminhado à COP 26.</p>

<p>ADHESIONES A CARTA ABIERTA AL BANCO DE DESARROLLO DE CHINA</p>	<p>5 de noviembre</p>	<p>El Colectivo sobre Financiamiento e Inversiones Chinas Derechos Humanos y Ambiente (CICDHA), conformado por Amazon Watch, Alianza de Organizaciones por los Derechos Humanos (Ecuador), Brics Policy Center (Brasil), Centro de Documentación e Información (Cedib Bolivia), CooperAcción (Peru), Fundación Ambiente y Recursos Naturales, (FARN, Argentina), Latinoamérica Sustentable (LAS), Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales (Olca Chile) - Perú Equidad, Red Muqui (Peru), Sistema de Alerta Temprana, Sustentarse (Chile) -, con La Coordinadora de las Organizaciones</p>	<p>Las organizaciones de la sociedad civil latinoamericana demandamos una urgente mejora de la gobernanza ambiental y social del Banco de Desarrollo de China. Latin American civil society organizations demand an urgent improvement of the environmental and social governance of the China Development Bank. Organizações da sociedade civil latino-americana exigem uma melhoria urgente da governança ambiental e social do Banco de Desenvolvimento da China.</p>
---	-----------------------	--	--

		Indígenas de la Cuenca Amazónica, (Coica) e organizações da sociedade civil	
REPÚDIO AO DISCURSO DO MINISTRO DO MEIO AMBIENTE DURANTE A COP-26	11 de setembro	Uneafro Brasil, Instituto Peregum, Coalizão Negra Por Direitos, organizações da sociedade civil	As organizações abaixo assinadas repudiam o discurso do ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, durante a COP-26, no dia 10 de novembro de 2021, por ser descolado da realidade, integracionista e distorcido.